

Universidade Federal do Maranhão - UFMA Campus Grajaú
Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Geografia

**Estudo das condicionantes sociais que incidem sobre o comportamento
suicida a partir da leitura de Karl Marx e Émile Durkheim**

Maria Aparecida de Castro Silva

Grajaú – Ma 2024

Maria Aparecida de Castro Silva

**Estudo das condicionantes sociais que incidem sobre o comportamento
suicida a partir da leitura de Karl Marx e Émile Durkheim**

Orientador: Dr. Samuel Correa Duarte

Grajaú, MA – 2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

de Castro Silva, Maria Aparecida.

Estudo das condicionantes sociais que incidem sobre o comportamento suicida a partir da leitura de Karl Marx e Emile Durkheim / Maria Aparecida de Castro Silva. - 2025.
53 f.

Orientador(a): Samuel Correa Duarte.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2025.

1. Suicídio. 2. Comportamento Suicida. 3. Karl Marx. 4. Emile Durkheim. 5. Sociologia. I. Correa Duarte, Samuel. II. Título.

Estudo das condicionantes sociais que incidem sobre o comportamento suicida a partir da leitura de Karl Marx e Émile Durkheim

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau de
Licenciado em Ciências Humanas,
habilitação Geografia - Campus Grajaú da
Universidade Federal do Maranhão.

Aprovada em: ____ 24 ____ / ____ 02 ____ / ____ 2025 ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Correa Duarte (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Professor Dra. Karina Almeida de Sousa
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Professor Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT

Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois devo a ele toda minha fé e devoção, em segundo, dedico a toda minha família e amigos, obrigado por sempre me darem incentivos a não desistir e continuar persistindo.

Também dedico este trabalho, para aqueles que ainda vêm a vida como a maior dádiva, o maior milagre que tem para si.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, pela força e perseverança durante toda minha jornada de estudante, e pela vitória diante de tantas dificuldades.

Agradeço também a toda minha família por acreditar em mim e por me darem forças para não desistir.

Gostaria de agradecer também ao meu professor e orientador Dr. Samuel Correa Duarte, obrigado pela paciência, ensinamentos e pela compreensão, durante toda a jornada de formulação desta pesquisa.

Agradeço também a participação dos professores presentes na banca professora Dr. Karina Almeida Sousa e o professor Dr. Cezar Alessandro Sagrillo Figueiredo pelos conselhos e atenção durante minha defesa.

E sou grata também a todos os meus colegas de turma pelos momentos de apoio durante a pandemia, sou grata também a todos os meus professores da Universidade Federal do Estado do Maranhão, e seus ensinamentos ao longo do curso, farei bom uso desta aprendizagem.

Muito obrigado a todos.

Resumo

Ao longo da interação do homem com a sociedade, bem como das transformações que a mesma sofre durante sua existência, ocorrem em determinado momento, uma série de desestruturas e interrupções na credibilidade de suas instituições mantenedoras do bem estar social e pessoal dos indivíduos, durante esses abalos, surgem diversas crises nos setores sociais que dão origem a males cujo a incidência, em muitos casos, se tornam incapazes de serem detectados, dentre essas forças negativas, o suicídio, ato onde o indivíduo atenta contra si mesmo, de forma consciente, segundo os estudos sociológicos, surge como um sintoma da negatividade, que prejudica de modo direto não apenas os indivíduos mas a própria sociedade, assim, enquanto um fato que ocorre diretamente do meio social, o suicídio enquanto um ato voluntário, apresenta suas próprias características e condicionantes que alteram o comportamento dos indivíduos, levando-os ao limite de suas forças e persistência. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo o estudo das condicionantes sociais que incidem sobre o comportamento suicida a partir da leitura das obras “Sobre o suicídio” de Karl Marx e “O Suicídio” de Émile Durkheim, visando uma melhor compreensão do suicídio e suas causas. Para o desenvolvimento da seguinte pesquisa foi realizada a análise bibliográfica das obras em tela, de modo comparativo, visando a descrição e explicação do tema abordado. O estudo e os resultados acerca do suicídio suas causas e consequências são essenciais para a prevenção do comportamento suicida, bem como do bem-estar social e pessoal dos indivíduos, enfatizando a importância dos laços sociais e das forças integradoras da sociedade para com seus indivíduos e seu próprio contexto social.

Palavras-Chave: Suicídio; Comportamento suicida; Karl Marx; Emile Durkheim; Sociologia; Fatos sociais; Tipos de suicídio; Coesão social;

ABSTRACT

Throughout the interaction of man with society, as well as the transformations that it undergoes during its existence, at a certain point, a series of disruptions and interruptions in the credibility of its institutions that maintain the social and personal well-being of individuals occur. During these shocks, several crises arise in the social sectors that give rise to evils whose incidence, in many cases, becomes impossible to detect. Among these negative forces, suicide, an act in which the individual consciously attacks himself, according to sociological studies, appears as a symptom of negativity, which directly harms not only individuals but society itself. Thus, as a fact that occurs directly in the social environment, suicide as a voluntary act, presents its own characteristics and conditions that alter the behavior of individuals, taking them to the limit of their strength and persistence. Therefore, this research aims to study the social conditions that affect suicidal behavior based on the reading of the works “On Suicide” by Karl Marx and “Suicide” by Émile Durkheim, aiming at a better understanding of suicide and its two causes. To develop the following research, a bibliographical analysis of the works in question was carried out, in a comparative way, aiming at the description and explanation of the topic addressed. The study and the results about suicide, its causes and consequences are essential for the prevention of suicidal behavior, as well as the social and personal well-being of individuals, emphasizing the importance of social ties and the integrating forces of society towards its individuals and its own social context.

Key-words: Suicide; Suicidal behavior; Karl Marx; Emile Durkheim; Sociology; Social facts; Types of suicide; Social cohesion;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 ESTUDOS E CONDICIONANTES SOCIAIS DO SUICÍDIO	14
3 O COMPORTAMENTO SUICIDA SEGUNDO MARX E DURKHEIM	18
3.1 O comportamento suicida segundo Karl Marx	22
3.2 O comportamento suicida segundo Emile Durkheim	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
5 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	51

1. INTRODUÇÃO

Em sua existência, o ser humano convive com os obstáculos da vida diária, bem como a busca pelas suas próprias satisfações e realizações pessoais. E na busca por tais ambições e paixões surgem conseqüências ou mesmo condicionantes de males prejudiciais, não somente a um único indivíduo, mas também a vários outros; tais condicionantes, quando elevadas a um estágio alarmante ou prejudicial, tornam os indivíduos cada vez mais propícios a agir contra sua vida, ou seja, mediante as forças negativas que os atingem, os mesmos já não encontram outra solução cabível para lidar com suas dores que a morte voluntária; é este o tema deste trabalho científico.

Embora um fato real, e preocupante, os estudos acerca do suicídio se torna uma necessidade, pois sua incidência deve ser interpretada como uma causa preocupante, onde, é evidente que, se há casos de suicídio, certamente a sociedade e seus indivíduos se encontram em constantes abalos e crises, o poder coercitivo das instituições sociais não dispõem de uma grande influência capaz de reestruturar a todos.

Por tanto, este trabalho e sua formulação tem como base, a incidência do suicídio e suas principais condicionantes, que alteram o comportamento dos indivíduos suicidas, deixando-os vulneráveis a situações desesperadoras, que os levam às últimas conseqüências, tendo como plano de fundo, a pesquisa bibliográfica das obras “O suicídio” (1897) de Emile Durkheim e “Sobre o suicídio” (1847) de Karl Marx, por meio de uma análise comparativa de ambos os textos, com o objetivo de distinguir como os dois autores classificam o suicídio e suas características, descrevendo e explicando de modo direto cada um dos fatos evidenciados por ambos os autores. A descrição das condicionantes e a explicação de sua incidência se torna essencial para a compreensão da forma como o ato de morte voluntária ocorre, se intensifica e está relacionado aos abalos ocorridos no meio físico social dos indivíduos.

Os efeitos dessas condicionantes em muitos casos, passam por despercebidas, fogem à visão alheia, outros simplesmente saem do controle devido ao seu alcance; assim, suas causas, quando não determinadas ou ignoradas pela sociedade, afligem o ser humano a ponto de ficarem desestabilizados, no aspecto sócio emocional; algumas aflições são conseqüências dos fenômenos psicofísicos e sociais, que fazem parte da rotina dos indivíduos, sendo responsáveis ainda pela

caracterização de seu espaço social e pessoal. O suicídio em algum momento excede o sentido da autopreservação e, enquanto fenômeno social, constitui-se e solidifica-se no seio da coletividade na qual se encontram as diferentes vítimas (Coutinho, 2010); as características intrapessoais, tal como o comportamento e a conduta presente em cada indivíduo, caracteriza sua consciência, sua percepção de bem e mal, além dos valores que representam seu senso de moral e justiça entre seus semelhantes; os fenômenos externos ou interpessoais, por outro lado, são aqueles que definem a qualidade de vida dos indivíduos, a estrutura do crescimento moral, das realizações socio afetivas e da vida profissional dos indivíduos (Durkheim, 1897).

A satisfação ou fracasso desses valores, como a moral e a razão, constituem uma entre tantas motivações que induzem os indivíduos a persistirem ou desistir de sua existência, pois estão na base de formação de padrões, práticas, teorias e condições necessárias para a estruturação e construção da sociedade, além da formulação dos valores da vida social e privada (Marx, 1847). Pois são essas práticas que geram circunstâncias de ruptura levam os indivíduos a buscarem meios de fugirem do desgosto sentido em seu meio sócio afetivo, incluindo agravamentos ocorridos nos diversos setores da vida social.

Essa ruptura dos costumes e valores produzem na vida diária dos indivíduos, tanto pessoal quanto profissional, uma série de insatisfações que culminam nos desgostos e dissabores da vida, no desprezo por sua própria existência; assim, a fragilidade das relações diárias escapa ao lado privado dos indivíduos e se estende entre os demais, arrastasse pelas massas até um certo limite. Esse limite tem seu fim quando é solucionado o início de suas causas e efeitos, a falha encontrada nos padrões de vida social dos indivíduos, quando os atinge de modo negativo, resultam em males que incidem sobre os indivíduos por um tempo indeterminado. Dessa forma, o embate entre as forças integradoras e as forças coercitivas evidenciam o laço social entre a sociedade e seus indivíduos, cuja ruptura contribui para a origem dos diversos tipos de suicídios (Coutinho, 2010).

Mas é certo se perguntar como surgem tais malefícios, como e de onde surgem as rupturas do meio social e profissional, como se quebram tradições e valores e, principalmente, como se destrói a moralidade presente na vivência do indivíduo? A chave para responder essas questões reside na frustração relacionada aos padrões de vida buscados pelos indivíduos, bem como a forma tal qual a sociedade caracteriza os mesmos; as precariedades existentes na estrutura social, são condicionadas por fatores do meio externo e interno; de modo positivo ou negativo, tais condicionantes atingem os indivíduos podendo causar danos permanentes, e os mesmos não

conseguem lidar com as frustrações (Andrade, 2023). As condicionantes que incidem sobre os indivíduos do modo negativo, cuja ocorrência pode ser o resultado das diversas forças coercitivas do meio externo, das rupturas e enfraquecimento das estruturas que movem a sociedade, geram anomalias que resultam em sérias consequências para os indivíduos, pois estes se encontram fragilizados, não percebendo outra solução que não seja sua própria autodestruição, por meio do que podemos chamar de morte voluntária, ou suicídio. Como define Durkheim:

[...] chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado. [...] (Durkheim, 1897, p.11)

Em uma análise de seus diversos casos, o suicídio, do ponto de vista sociológico, segundo Durkheim (1897) leva os indivíduos às últimas consequências, como solução, em colocar um fim em suas próprias aflições e agonia; mas embora casos de morte voluntária ocorram frequentemente, nem sempre suas causas principais são visíveis, pois podem se relacionar aos fatores internos do sujeito; dentre essas anomalias, destacasse a depressão, além de outros fatores que ofuscam a mente e a consciência humana, permitindo que os indivíduos em constante agonia, busquem por uma medida para fugir de suas dores (Coutinho, 2010). Assim, a tendência suicida em algum momento excede o sentido da moralidade que fundamenta a autopreservação, e assim ganha forma o fenômeno do suicídio no âmbito social.

O suicídio, enquanto um mal recorrente ou um fato social frequente, é condicionado ainda por fatores do meio externo. Estes estão relacionados ao meio social, que tem como ponto principal, a insatisfação ocorrida na desestruturação dos setores sociais, como desemprego, pobreza extrema, perda dos vínculos pessoais etc (Almeida, 2018). Todo e qualquer sujeito que, pressionado pelas rupturas do meio no qual está inserido, encontra-se suscetível a se desprender de sua existência, pois pode ser que não encontre forças que o permita vencer suas inquietações, optando assim por medidas drásticas; quando sua depreciação chega a um ponto insuportável, nada é capaz de impedir que os indivíduos atentem contra sua própria vida, por meio do ato suicida.

Mas qual a definição da morte voluntária ou suicídio? Como identificá-lo como um fenômeno social? Quais suas principais condicionantes? Para encontrarmos estas respostas acerca do suicídio, é necessário partimos de uma visão socializada dos fatos e dados obtidos, assim definido não só a causa e origem, mas também, o tipo de morte. Quando o indivíduo atenta contra si, na intenção de pôr fim a situações

desagradáveis e crises, o suicídio pode assim, ser decorrente da condição psicoafetiva do indivíduo e de sua integração social, ou seja, do meio em que vive e se encontra inserido (Durkheim, 1897).

A palavra suicídio, tem origem no latim, como *sui* (si mesmo) *caedere* (ação de matar) e em francês foi registrada como *suicide*, e entendida como o ato ou efeito de se suicidar, acabar com a própria vida, seja por causas psicológicas ou por consequências do meio físico social e cultural quando estas se encontram em constantes agravamentos e crises que desestabilizam os indivíduos. Em suma, tanto a desestruturação da sociedade quanto as agonias crônicas sentidas pelo indivíduo, tornam-se coisas ou um fato social que requer atenção não apenas das ciências que se debruçam sobre a mentalidade do indivíduo, mas também aquelas cujo dever é investigar a relação entre o homem e o meio em que está inserido, na forma como a sociedade é capaz de lidar com seus indivíduos (Silva, 2017).

Em sua dimensão psicossocial, os indivíduos atingidos por crises sociais e/ou existenciais, são vulneráveis às grandes tribulações da vida e sua rotina; e mesmo seus deveres sociais, quando sem funcionamento adequado, não lhe servem mais de laço interpessoal ou como sua razão em existir quando as forças centrífugas não podem ser paradas pelas forças da coesão social. Nesse momento a sociedade perde a capacidade de reprodução da vida na sua integridade e o suicídio tende a se propagar não apenas como um sentimento individual, mas como uma ação que ultrapassa a coletividade, afetando a estrutura da sociedade (Durkheim, 1897). Portanto, o suicídio, enquanto um fenômeno de origem social, é proveniente da ruptura dos valores, padrões e desestruturação dos setores que movem a sociedade e seus indivíduos.

As doenças debilitantes, contra as quais a atual ciência é inócua e insuficiente, as falsas amizades, os amores traídos, os acessos de desânimo, os sofrimentos familiares, as rivalidades sufocantes, o desgosto de uma vida monótona, um entusiasmo frustrado e reprimido são muito seguramente razões de suicídio para pessoas de um meio social mais abastado, e até o próprio amor à vida, essa força enérgica que impulsiona a personalidade, é frequentemente capaz de levar uma pessoa a livrar-se de uma existência detestável. (Karl Marx, 1846, p. 24-25)

De acordo com Marx (1846) é importante levar em conta que diferente dos casos de morte voluntária decorrentes de causas psicofísicas, o suicídio de origem externa ou social, tende a ocorrer quando as redes de integração dos indivíduos enfraquecem e não tem solução efetiva, tornando a sociedade debilitada, e conseqüentemente o sujeito não se percebe acolhido no seu meio (Araújo, 2024). Quando em épocas de fortes distúrbios e anomalias sociais, o homem torna-se mais

vulnerável e fragilizado, pode por impulso ou por consequência das dores, decidir colocar um ponto final em seu desespero. E são justamente essas forças coletivas presentes no meio social que condicionam o suicídio. Quando se entende o suicídio como um fenômeno real, também significa compreendê-lo como decorrente de fatores coercitivos, pois há casos em que a ocorrência é próxima ou semelhante, assim como suas causas, mesmo que em épocas diferentes uma da outra, assim como também é cometida pelos dois sexos, no entanto sua ocorrência pode estar atrelada a um sentimento coletivo, pois aqui já não se tem um caso isolado, não se tem uma vítima única.

O indivíduo encontra-se desgastado devido às rupturas do meio em que se encontra, quanto às motivações do meio externo, consideram-se somente aquelas cujo a origem é social, ou seja, sua causa é tangível, encontra-se exposta; leva-se em conta ainda sua veracidade e a forma que incide sobre cada sociedade. Essas condicionantes podem ser entendidas como patologias sociais que extrapolam a normalidade do cotidiano dos indivíduos e que causam um agravamento cujo a dimensão é ainda maior que o estimado (Vares, 2017). Nesse meio, o suicídio aproxima-se de um mal social, em decorrência de seu alcance e consequências, uma vez que só tem fim quando sua causalidade é controlada e o ambiente social produz inclusão; assim todas essas variáveis incidem de modo negativo quando os indivíduos se percebem fragmentados nos seus laços sociais, resultando em aflições sem soluções levando-os, no caso limite, ao suicídio.

Grosso modo, são as causas e as consequências do suicídio no âmbito social que interessam à presente pesquisa, a partir do estabelecimento do ato de morte voluntária como fenômeno ligado a diversos fatores relacionados à sociedade e suas estruturas, de modo que o suicídio se torna um mal social. Este trabalho, tem como um de seus principais objetivos, analisar os diversos males sociais que incidem no suicídio, apontando assim suas consequências e interferência não só na vida do suicida, mas também de outros indivíduos e da própria comunidade onde ele se encontra.

A falta de integração social pode ocorrer em decorrência das crises e problemas do meio social, ligados aos indivíduos, como a fome nos países menos desenvolvidos, prostituição e abusos físicos e morais, crises nos setores industriais que acarretam a miséria e desemprego; fatores que de certo modo podem ser causadas por qualquer que seja o fator relacionado a vida pessoal ou social do suicida, como estabeleceram Karl Marx em sua obra *Sobre o Suicídio* (1847) e Émile Durkheim em *o Suicídio* (1897), autores escolhidos para o desenvolvimento deste

trabalho. As obras destes dois grandes autores e teóricos considerados clássicos para o pensamento sociológico evidenciam aspectos encontrados na relação entre os indivíduos e a sociedade que influenciam diretamente para a incidência da morte voluntária.

Conhecido por ter sido pioneiro na demarcação de um conjunto de regras específicas para o método em pesquisas do campo sociológico, Émile Durkheim foi um sociólogo, antropólogo, filósofo e cientista político. Considerado como um dos pensadores clássicos da sociologia; foi responsável por formular as regras do método sociológico e por difundir a crença de que a sociologia deveria se tornar uma ciência autônoma. Nascido em Épinal em 15 de abril de 1858, foi estudante do liceu Louis Lee Grand e teve sua formação em escolas e instituições normais e tradicionais de Paris. Mais tarde, viria a criticar as instituições das quais era egresso por apresentarem um sistema de ensino voltado ao campo literário e pouco inclinado ao campo científico em si. Seus estudos incluíam ainda formação em direito e economia, filosofia, ciências da natureza, principalmente em biologia, e por último, psicologia e sociologia.

A obra “O suicídio” (1897) de Émile Durkheim, é de grande importância para a Sociologia, pois foi um dos primeiros estudos quantitativos dos estudos sociais, pois sua formulação foi fundamental na análise do processo social e da própria fundação da Sociologia, provando a funcionalidade do método sociológico e a confirmação da mesma enquanto uma ciência autônoma. Assim, segundo o autor, são os fatos sociais que agem sobre os indivíduos, não de forma individual, mas em conjunto (Andrade, 2023). O mesmo estabelece ainda que a solução para se erradicar o suicídio, passaria pela reabilitação do funcionamento das corporações e das instituições sociais, e que estas deveriam ainda trabalhar junto ao Estado, para a promoção do equilíbrio do meio social.

Karl Heinrich Marx nasceu em Treveris, na Renânia, uma província localizada ao sul da Prússia, na Alemanha, em cinco de maio de 1818, filho de um advogado e conselheiro judicial; tinha descendência judia e sofria perseguições do governo absolutista da época. Após concluir seus estudos em 1835 no liceu Friedrich Wilhelm, ingressou na área de direito, na universidade de Bonn, onde veio a participar de debates e lutas políticas estudantis. No ano seguinte, em 1836, se transferiu para a universidade de Berlim para estudar filosofia depois da propagação das ideias de Hegel, idealista e filósofo alemão da época. Marx procurava analisar as questões sociais, destacando a necessidade de transformações na sociedade burguesa alemã (Araújo, 2024).

O pensamento sociopolítico de Marx (1818-1883) exerceu grande influência

sobre os diversos setores de atividade humana, abrangendo desde os sistemas políticos, a luta sindical bem como a análise e interpretação de fatos e casos sociais, morais, artísticos, históricos e econômicos (Silva, 2017). O marxismo, como ficou mundialmente conhecido seu trabalho, tornou-se parte da doutrina oficial nos países de regime socialista ao longo do século XX.

A obra “Du suicide et sus causes”, listados e documentados pelo ex-arquivista da polícia de Paris, Jacques Peuchet (1758-1830), registrou e documentou diversos casos de suicídio, ocorridos na capital francesa entre os anos de 1817 e 1824 e que mais tarde seria traduzido por Marx. Neste processo de tradução, ele fez diversas anotações e comentários sobre os casos descritos nela. Sua análise dos diversos casos revela uma sociedade doente e necessitada de uma série de transformações em seu meio. Karl Marx, em sua obra sobre suicídio, evidencia o método por ele usado em seus trabalhos, retratando os mecanismos e estruturas da vida privada e das relações sociais entre os indivíduos (Silva, 2017). Assim, o suicídio nada mais é do que uma consequência dos distúrbios existentes no meio social, condicionada pelas ideias culturais, morais e políticas existentes no dia a dia da vida privada dos indivíduos pressionados pela desestruturação da sociabilidade em contexto do capitalismo (Araújo, 2024).

2. ESTUDOS E CONDICIONANTES SOCIAIS DO SUICÍDIO

Os estudos voltados ao tema do suicídio, enquanto fenômeno social, como visto anteriormente no início deste trabalho, evidenciam o suicídio e suas condicionantes, como fatos que se deve analisar atentamente. Assim o estudo do suicídio e suas condicionantes de acordo com Karl Marx (1847) e Emile Durkheim (1897), sugerem a análise imediata de tais causas, quando relacionadas ao meio social. Marx (1847) ao fazer a análise detalhada de diversos casos ligados ao suicídio e à forma como o contexto social afeta os indivíduos (Almeida, 2018), nos mostra a visão de “uma sociedade desestruturada e doentia”; por seu turno, Durkheim (1897), ao abordar o suicídio através de uma metodologia comparativa, por meio dos diversos casos de morte voluntária, nos apresenta um contexto em que o suicídio incide sobre os indivíduos, como um mal, por meio de suas condicionantes, cuja origem está ligada diretamente ao meio social em que se encontram suas vítimas (Vares, 2017).

A necessidade de interpretar as condicionantes, o quão impactantes são e o quão profunda é sua influência sobre as vítimas, são importantes para o desenvolvimento de ações preventivas contra o suicídio. Dessa forma, o levantamento de dados e a comparação dos casos em determinadas épocas tornam-se relevantes para o diagnóstico da relação entre o comportamento suicida e a dinâmica social, uma vez que o balanço dos dados anuais revela em qual momento de sua história a sociedade apresenta suas crises sociais, no distanciamento do indivíduo com relação às regras e estruturas determinadas pela sociedade; portanto é necessário que se faça a análise do suicídio por meio do histórico da sociedade.

Ao se considerar o suicídio como um tema de estudo, é fundamental que o pesquisador saiba que o suicídio não surge em um momento repentino, de modo inesperado, mais sim por meio de uma série de condições coletivas que atingem os indivíduos, ocasionando as sensações e motivações mais profundas e primitivas do ser humano, em que a morte surge como uma saída, uma solução para as aflições diárias (Andrade, 2023). Para Durkheim (1897), o levantamento de dados dos casos de morte voluntária e suas principais condicionantes, é fundamental para a comparação da variação da taxa de suicídio de uma época à outra da sociedade (Coutinho, 2010). Por isso há a necessidade de se pesquisar sobre suicídio e sua existência no eixo temporal; a mudança de regras de uma sociedade a outra; a transformação dos setores sociais em todas as épocas de uma sociedade ocasiona aquilo que podemos chamar de condicionante, a ação imprevisível ao indivíduo vir e a origem do suicídio ou o fator que levará os indivíduos a um estado de aflição.

A condição em que se encontra a sociedade, ou o ambiente onde o suicídio ocorre é, por si só, responsável pelos fatores de risco ao qual o indivíduo está submetido, como por exemplo, o número de suicídios em decorrência da fome e da extrema pobreza na idade média pode não ser o mesmo da sociedade moderna atual. Nesse sentido Durkheim (1897) nos traz a ideia de que, de fato, é notável que o suicídio, apresente alterações de frequência periódica ou situacional, por isso o considera um fenômeno social, um aspecto característico da sociedade moderna; enquanto Marx também a destaca como um sintoma, uma deficiência social que surge mediante a existência de crises e paralisações na estrutura social (Almeida, 2018).

As correntes suicidógenas apresentadas por Emile Durkheim (1897), apontam o suicídio como um objeto de estudo valioso para a sociologia, pois demonstra o desdobramento existente na construção das relações entre o homem e os laços sociais, construídos em uma mesma sociedade, pois, para ele, a morte voluntária é um fenômeno que deve ser tratado como um fato social que se constitui dos elementos e mecanismos restabelecidos nas grandes e mesmo pequenas sociedades (Coutinho, 2010). Supõe-se que as taxas de suicídio crescem devido a predisposição dos indivíduos que o cometem, como uma forte tendência própria e que depende de uma ação ou motivação exterior, da função e estruturas presentes nas sociedades, que necessitam de forças e conceitos voltados à moralidade, regras externas e valores que são exteriores aos indivíduos e que coagem através de mecanismos que tornam possível o vínculo social (Silva, 2017).

O suicídio quando creditado como um objeto de estudo e análise para a sociologia, passa a ser visto como uma força externa, cuja origem remete a construção dos vínculos sociais (Almeida, 2018), a consciência coletiva cresce, o que proporciona segurança para os indivíduos na busca por satisfazer suas necessidades materiais, mas também reduz as margens para a afirmação da personalidade e do gozo da intimidade, importantes para atender as necessidades emocionais (Andrade, 2023). Tanto as normas sociais quanto a consciência dos indivíduos tornam-se essenciais para a compreensão da existência do suicídio, sua classificação e tipo, como um fato social que pode ser interpretado como uma deficiência das crises e do descumprimento da ordem e das normas que agem sobre os diversos grupos sociais (Coutinho, 2010).

Pode ser compreendido, ainda como uma consequência existente daquilo que representa algo real para os indivíduos e a fragmentação desta realidade, que se torna desestimulante quando desprovida de um sentido que atraia o indivíduo; e por último, não devemos esquecer das forças coercitivas exercidas pelas normas e o poder da

própria sociedade sobre os diversos grupos. Todos esses apontamentos encontrados demonstram que a sociedade e seus próprios indivíduos vivem em constante tensão, tanto em função de suas relações psicofísicas, quanto da realidade social envolvente, onde as consequências deste desdobramento conflituoso, se torna uma forma de interpretar casos de morte voluntária, como decorrentes de causa de origem externa, ou seja, do desacordo entre os indivíduos e seus interesses com o plano social, o que torna favorável para a classificação do suicídio como objeto de estudo da sociologia.

Karl Marx (1847) em sua obra, "Sobre o Suicídio", destaca a ideia de que as condicionantes do suicídio se encontram presentes no meio social e derivam de acontecimentos diários que de certa forma aflige os indivíduos, ao ponto em que estes buscam formas de se libertar de sua própria agonia; essa abordagem, através de seu estudo de casos evidencia que as aflições responsáveis pelos casos de morte voluntária contém casualidades presentes na vida diária dos indivíduos das sociedades modernas (Almeida, 2018), cuja natureza é semelhante a uma floresta selvagem cheias de feras e bestas sedentas e desumanas, desprovidas de ética, caráter e que ferem e atingem os demais; o estudo de casos de suicídio apontam causas e motivações coletivas, que se encontram enraizadas no seio social, revelando estruturas que se encontram corrompidas e precisam de transformações radicais para a sobrevivência de seus indivíduos (Araújo, 2024).

As falhas estruturais dessas sociedades e a desordem das instituições provocam doenças que a ciência é incapaz de solucionar, seus danos são irreparáveis e uma vez que atingem os indivíduos, estes tornam-se incapazes de fugirem de suas agonias (Almeida, 2018). Marx não se limita a criticar apenas a exploração social econômica, ele critica também o modelo de produção capitalista da época, o desvio de caráter da sociedade moderna, além de revelar os dramas da vida privada dos indivíduos independente de sua classe social.

Por isso, não se pode descartar o pensamento de Durkheim (1897) nem tão pouco de Marx (1847), visto que tanto os dados comparativos quanto estatísticos nos mostram as características motivadoras das vítimas do suicídio; são essas evidências fundamentais e necessárias tanto para o estudo de casos quanto ao estudo do suicídio e suas particularidades como fato social, destacando os desafios que a sociologia encontra ao se aprofundar na análise dos fatos e suas origens no grau de intensidade que as motivações afetam as vítimas do suicídio. Em sua obra, ao fazer uma análise detalhada dos fatos, Marx (1847) aponta caminhos para decifrar a ocorrência de suicídios no contexto da sociedade capitalista, tanto quanto a obra de Durkheim (1897)

evidencia sua preocupação holística ao analisar os dilemas das relações da vida diária e sua relação com a morte voluntária.

3. COMPORTAMENTO SUICIDA SEGUNDO EMILE DURKHEIM E KARL MARX

Levando em conta a afirmação de Émile Durkheim (1897) sobre como todas as sociedades apresentam em seu histórico predisposição para a existência do suicídio, variando a frequência, pode-se relacionar o comportamento dos indivíduos aos modos de vida e valores culturais produzidos socialmente, bem como a convivência individual e coletiva entre os indivíduos de um mesmo grupo, seja por meio do sistema educacional ou da linguagem. Sendo assim, é possível em algum momento definir ou mesmo perceber os elementos que compõem os sinais da incidência do comportamento suicida.

É fundamental a distinção entre o que é o ato suicida e o pensamento que o antecede, pois dessa forma, tanto a obra de Marx (1847) quanto a de Durkheim (1897), quando comparadas, evidenciam que o suicídio é um ato executado pela vítima de modo voluntário. O comportamento suicida pode ser compreendido como a incidência de uma forma de pensar a própria existência e suas diversas possibilidades de realização do ato mortal com o intuito de se auto destruir. Isso mostra que antes de toda morte voluntária o suicídio tem em sua idealização, uma predisposição executada pelos indivíduos através da sua forma de pensar, planejar e tentar destruir ou se libertar daquilo que o aflige. O pensamento suicida é considerado um risco quando este se torna uma meta ou objetivo que indivíduos buscam incansavelmente, mesmo que seja apenas por meio de seu pensamento. Mas a existência da ideação suicida per si ainda não é o suficiente para garantir a realização do ato pelo suicida, pois esta precisa de uma carga de motivos para ativar impulsos que o tornam concreto.

De acordo com a obra *Sobre o Suicídio*, de Karl Marx (1847), é notável o pensamento suicida em indivíduos preocupados com seus valores morais, sociais, culturais, e mesmo suas paixões exageradas ou interrompidas por uma parte da sociedade, causadas a partir da pressão derivada das regras sociais e da submissão para com os indivíduos que detinham o poder e controle sobre os demais (Araújo, 2024).

Marx (1847) e Durkheim (1897), apresentam suas próprias definições, acerca da ideação suicida ou predisposição suicida, como um pensamento que ocorre de forma impulsiva, podendo ser um desejo passageiro e momentâneo, produzindo um ato planejado, orquestrado de forma detalhada, assim para Marx (1847) essa ação decorre das forças enfermas e extremas de uma sociedade doente e desestruturada,

enquanto Durkheim (1897) retrata o ato de morte voluntária como uma ação que ocorre de forma direta ou indireta, seja por meio de forças negativas ou positivas, onde a vítima tem total consciência de suas ações.

Grosso modo, nas sociedades atuais, está ideação pode estar ligada ainda a problemas como depressão, transtornos psicológicos, mudanças de humor frequentes, transtornos ou mesmo eventos traumáticos na vida familiar, como abusos psicológicos, perda de familiares, abusos sexuais, sexualidade, bullying, preconceito, doenças crônicas, término de relacionamentos, mudança nos padrões de vida dos indivíduos e mesmo o histórico familiar das vítimas, todas essas forças, podem levar os indivíduos a se sobrecarregarem em algum momento, ao não encontrarem formas de se livrarem de tais pensamentos, todos esses fatores contribuem para a vontade recorrente do indivíduo em deixar de existir.

Por outro lado, o pensamento suicida nas sociedades modernas, surge durante os períodos de mudanças radicais no contexto social, político e econômico, em que as regras não acompanham as mudanças e sua nova realidade; a decadência das normas converge para o aumento da taxa de suicídios, principalmente nos países mais ricos e desenvolvidos, onde em algum momento do processo histórico dessa sociedade ocorrem crises e caos de ordem material, além da fragilidade das normas que produzem a coesão social (Andrade, 2023); todas essas circunstâncias levam os indivíduos a pensarem demasiadamente no real sentido e valor de suas vidas e, quando não encontrado, pode levar a tragédias que perpassam a razão e o pensamento, ocorrendo assim, um fim trágico.

Além da pretensão de querer morrer, há ainda uma forma de esquematização da morte voluntária pelos indivíduos, ou seja, o planejamento, a articulação de tal fatalidade em decorrência da forte pressão exercida sobre os indivíduos pela sociedade ao longo de sua existência. A ação suicida, orquestrada de forma concreta ao planejar a própria morte de modo voluntário, traz todo um esboço da mentalidade do indivíduo imerso numa realidade que o oprime. A realização de seu ato final, as motivações que levam o indivíduo a planejar sua própria morte, podem ser os mesmos que os levam a pensar de forma implacável em se matar: o impulso final demanda causalidade, que implica situações de assombros e perturbação, momentos de curto ou longo prazo que danificam a mentalidade e a normalidade da forma como vivem diariamente.

Certos assombros podem estar relacionados a como as sociedades caminham e crescem, como moldam suas leis, regras e valores, de época em época da vida humana: quando muito pressionados ou desmotivados, os indivíduos mais

desesperados, deixam-se levar pelo desespero e, tendo em vista o caos diário que interrompem suas rotinas diárias e habituais ao se desconectarem desse panorama, muitos indivíduos são forçados a pensar, planejar métodos de fuga, de modo que o suicídio pode ser inserido nesta ideação, uma vez que o indivíduo, ao se encontra fortemente debilitado e abatido, age impulsivamente e suas ações podem resultar no fim trágico único que a morte voluntária oferece (Vares, 2017).

Recorrente nas sociedades modernas, o comportamento suicida, de acordo com Durkheim (1897), mostra-se através de sinais, de ações premeditadas ou evidenciadas por quem pensa, planeja e mesmo tenta morrer de forma voluntária, ainda que creditado muitas vezes como uma farsa, um blefe momentâneo da vítima que em meio ao desânimo e desespero, é induzida por seus próprios impulsos a tal conclusão, esse ato impulsivo é uma ação potencial em todo ser humano. De acordo com Marx (1847) o ato de concretização do suicídio, mesmo quando apenas esboçado ou falho em sua execução, não distorce sua realidade, existência e a presença de tal ato deve ser classificado como preocupação dentro da sociedade, logo, para o autor, os indivíduos baseiam suas vidas, existência e intelectualidade na produção da vida material, por meio do processo social, político e econômico da sociedade.

A recorrência do suicídio numa coletividade torna-se preocupante, pois indica a prevalência nos indivíduos de uma inclinação a pensar, planejar e tentar se autodestruir. Durkheim (1897) observou que o comportamento suicida, na maioria dos casos, é frequentemente notado em países e regiões cujos laços sociais são frágeis e fáceis de romper, pois é nessas localidades, e por essas condições, que se encontram elevados números de morte voluntária, uma vez que pessoas com pouco ou nenhum laço social são mais fáceis de planejarem e mesmo tentaram se suicidar (Coutinho, 2010).

Assim como os casos de suicídio são decorrentes de fatos e momentos caóticos e traumáticos que afetam o estado psicossocial dos sujeitos, não se descarta a possibilidade do comportamento suicida apresentar diferentes variações ao longo do tempo. Mas quando essas condições se assemelham, podem indicar que o comportamento em tela é um produto de um determinado meio social. Isso ocorre porque o agir humano apresenta diferentes variações ao longo do tempo e espaço, mas também regularidades relacionadas com padrões culturais. Sendo assim, o ato suicida, desempenhado pela vítima é produto de idealização de seu desejo consciente, quando este tem em mente seu próprio fim, dessa forma relaciona-se às ações e decisões tomadas, planejadas e realizadas pelo suicida, tendo como pano de fundo suas formas de pensar, sentir e agir. O indivíduo sabe o resultado que obterá

com o ato suicida, no entanto também é plausível considerar que alguns indivíduos cometem ou pensam em se suicidar o fazem sem uma reflexão prévia mais profunda, agindo por impulsos ou surtos momentâneos decorrentes de estados alterados de consciência e/ou percepção.

Prever o comportamento de um indivíduo suicida e impedir suas eventuais tentativas ao longo da vida torna-se uma demanda social; embora existam diversos meios de se prever e mesmo impedir a morte voluntária, é conclusivo que tanto o pensamento quanto a realização ainda se apresentam de forma inesperada aos olhos dos outros. A origem do ato suicida remete aos riscos proporcionados pela vida e mesmo pela sociedade. Ao se tratar de casos de morte voluntária ou mesmo uma predisposição dos indivíduos em realizá-la, o ato torna-se uma ação grave, pois os motivos e ações das vítimas são obsessivas e fatais, de modo que o sujeito acometido por pensamentos disruptivos se torna uma vítima potencial, visto que tudo a sua volta, incluindo sua própria existência, deixa de ser relevante para si.

3.1 Comportamento suicida segundo Karl Marx

Com base nas anotações e os casos de morte voluntária descritos na obra, “Sobre o Suicídio” de Karl Marx, o autor procura analisar o comportamento dos indivíduos que recorrem ao suicídio, instigado pelo aumento de casos de suicídio à época. Nesse sentido procura interpretar e analisar o comportamento de suicidas, baseado na condição que os oprime e os leva ao ato final. Assim visa identificar as condicionantes que atuam como se fossem doenças do ambiente social, enfermidades derivadas da ordem capitalista, tendo em vista sua lógica de desumanização das relações sociais (Araújo, 2024). Dessa forma, mediante as consequências dos desajustes que afetam o sujeito alienado de si numa ordem social excludente, tais condições levam o indivíduo à morte voluntária, por meio da prevalência detestável de seu próprio descontentamento (Silva, 2017).

Embora Marx (1847), não tenha mencionado e mesmo desenvolvido uma teorização específica relacionada ao comportamento suicida ou sua incidência, é possível perceber em sua análise a recorrência de um certo desvio nos hábitos e mesmo no comportamento das vítimas, momentos antes da decisão fatal que os leva à autodestruição: nota-se nestes indivíduos, sensações de angústia, medo, ansiedade, submissão, insatisfação do desejo, na liberdade das paixões oprimidas de indivíduos alienados, as ideias preestabelecidas pela ordem social, pela privação de sua liberdade, na opressão e obsessão da sociedade em preservar sua existência. O autor em tela identifica toda uma gama de condições e sentimentos que, em certos momentos, distorcem a visão dos indivíduos, no que significa valor e sentido de sua real existência. Percebe-se então que comportamento suicida e o aumento do número de mortes voluntárias, estão relacionados à forte influência e a grande sobreposição da sociedade sobre seus próprios formadores, ou seja, as classes sociais (Almeida, 2018), ou seja, a sociedade de classes produz regras, leis e hábitos para a preservação daquilo que mantém sua autoridade e poder, criando situações de opressão que provocam a autodestruição dos sujeitos.

Esta visão traz à luz a subsistência do individualismo em muitos casos, na forma de desejo por um status elevado, na ganância em ter ou ser algo, e em pertencer a um determinado círculo ou grupo social, daí a perturbação no estilo de vida dos indivíduos habituados a terem sempre algo fácil a mão, sem preocupações devidas

com a forma a qual dispõe ou conseguem algo. Isso os tornam indivíduos propensos a apresentarem um comportamento nocivo, capaz de prejudicar a si mesmo devido à permanente insatisfação pessoal (Marx, 1847). Essa complexidade, também pode ser apresentada ou encontrada na diferença do número de indivíduos que se matam em uma mesma ordem ou não, por motivos semelhantes ou não, mas que, no entanto, podem não pertencer à mesma classe, ou seja, o número de mortes voluntárias ocorridas anualmente, varia em grau e classes diferentes por conseqüências sociais, econômicas ou das questões da vida privada (Silva, 2017).

Levando-se em conta a diferença do comportamento suicida entre indivíduos de todas as classes sociais, alguns sujeitos se habitam às fortes crises anuais, ao qual as alterações do modo de vida podem ser supridas por algo semelhante e que ainda lhes proporcione uma saída, um escape. Estes indivíduos por sua vez quase não apresentam uma pretensão suicida, pois já estão acostumados a encontrar soluções prévias para suas necessidades e aflições, assim pouco demonstram um comportamento nocivo e extremo, e quando o mostram, é em decorrência do forte agravamento da dor, fraqueza e desespero irremediável, assim decidem pôr fim a sua agonia (Marx, 1847).

Por outro lado, em uma mesma sociedade existem indivíduos cujo modo de vida é regado a fortes tendências do crescimento pessoal e valorização social, assim tornam-se fáceis de apresentar um comportamento nocivo, e mesmo agressivo quando se veem diante de problemas que os assustam e impossibilitam de seguirem com suas rotinas habituais. Estes indivíduos, por não aceitarem o fracasso ou perda são mais vulneráveis ao sentimento de angústia que fragiliza sua harmonia e bem-estar, de modo que se tornam alvos para o surgimento de pensamentos, planos e mesmo a realização de atos gravemente perturbadores e agressivos contra a vida, como o suicídio.

O suicídio torna-se uma ideação fatal com base naquilo evidenciado por Marx (1847), que em sua obra apresenta uma sociedade formada por indivíduos fragilizados em função de situações decorrentes do modo da vida privada e do plano social dos indivíduos de um mesmo grupo. A ideação suicida, segundo ele, evidencia indivíduos cuja mente é facilmente enfraquecida pelas condições impostas pelas regras da sociedade onde se encontram, em parte pela grande opressão social e os emblemas da vida privada, em especial aqueles cuja vida e moral não condizem com a realidade na qual está inserido (Araújo, 2024).

Esta realidade também pode ser relacionada à natureza brutal e desumana do capitalismo, do egoísmo social e das injustiças existentes no que tange aos moldes

da vida privada. Essa natureza brutal das sociedades modernas e capitalistas, atingem não um único indivíduo em particular, mas sim um grupo de indivíduos que, a partir disso, buscam formas de se livrarem de suas dores físicas e mentais através da morte voluntária. Karl Marx (1847), na obra de referência aqui analisada, relata quatro vítimas do suicídio, sendo que três pertenciam ao lado mais oprimido quanto ao gênero, o feminino, e o quarto ao gênero masculino. Aqueles quatro indivíduos encontraram a solução para fugir de seu desespero diante da opressão gerada pelas relações de gênero e/ou classe por meio do ato suicida.

No primeiro caso de suicídio tratado na obra de Marx (1847), têm-se uma jovem pertencente a uma família de classe média da sociedade burguesa, logo, por pertencer a tal posição social, é esperado de todo e qualquer indivíduo, sejam homens ou mulheres, um comportamento digno e uma graciosidade admirável, respeitável e ética, pelas regras determinadas pela sociedade. No entanto, a vítima, que aqui assume um comportamento autodestrutivo, chega a tal destino, em decorrência da submissão e opressão exercida, nada mais nada menos, que por sua própria família, quando acusada e difamada por um crime que sequer havia cometido.

No mês de julho de 1816, a filha de um alfaiate foi prometida em casamento a um açougueiro, jovem de bons costumes, parcimonioso e trabalhador, muito enamorado de sua bela noiva, que, por sua vez, era-lhe muito dedicada. A jovem era costureira; conquistava a atenção de todos os que a conheciam e os pais de seu noivo amavam-na carinhosamente. Essa brava gente não perdia nenhuma oportunidade para usufruir com antecipação dos bens da sua nora; promoviam divertimentos nos quais ela era a rainha e o ídolo*. (Marx, 1847, p. 29-30)

Filha de um alfaiate, prometida ao filho de um açougueiro, uma jovem educada e criada nos costumes de uma sociedade cuja época ditava o caminho as quais os jovens de classe elevada deveriam seguir, em parte devido ao caráter conservador de sua família, da família do noivo, um filho de um açougueiro cujo perfil, dizia rapaz de bons costumes, parcimonioso e trabalhador, ambas as famílias pareciam bem e contentes com os dois jovens enamorados. Isso porque o interesse material e a busca por um status privilegiado, era então o alvo central e o objetivo mais aguardado pela família do noivo, que até então depositava toda a sua fé e esperança na bondosa jovem que sequer desconfiava ou imaginava as infâmias e acusações a quais lhe estavam prestes a ocorrer.

Depois de um ato considerado condenável pelos costumes vigentes, provocado pelo impulso dos desejos e da paixão dos jovens, que contou com a indulgência das duas famílias, o tão esperado noivado tem um desfecho trágico e infeliz, quando a jovem é confrontada pelos pais com injúrias e xingamentos inesperados. Diante de

tamanha intolerância que gerou angústia, vergonha e desespero, a jovem não encontra outra medida que não o suicídio, ao jogar-se nas águas do rio Sena como uma reparação moral (Silva, 2017).

De acordo com o relato de Marx (1847), é evidente que a acusação e difamação ferem o ego e moral da pessoa, dando lugar a indignação e desgosto, condicionantes internas capazes de abalar profundamente sua mente; logo, ao ser perseguida e julgada por indivíduos aos quais acreditava ser amada e apreciada, resigna-se com a traição e falsidade que lhe é dirigida. A sensação de desgosto, o abandono, a forte censura carregada pelas injúrias e a vergonha pública, o escândalo sem limites, consumiram toda e qualquer harmonia da jovem, cuja vida ainda estava no início da juventude, dando espaço ao pensamento de um mal inesperado: o suicídio, como reparo da desobediência, da tolice e do forte agravamento de sua família (Araújo, 2024).

A partir desse relato, Marx (1847) identifica que os indivíduos, cuja vida e vontades são controlados por seus genitores, tornam-se vítimas de um sistema opressor, do qual se constituem desigualdades e mesmo repreensões, em parte pela propriedade e as leis que a regem, assim é evidente que além das causas internas, tal como o medo, desespero e desgosto profundo, também a própria sociedade produz diversos malefícios capazes de fazer seus indivíduos desistirem de sua própria existência. Dessa forma, a atitude tomada pela vítima nada mais é do que uma resposta à repreensão e vergonha causadas pela acusação e perseguição da sociedade ao qual pertencia.

Ao lançar sua intolerância como pretexto sobre a jovem, a coletividade na qual ela estava inserida tornou o comportamento alegre e harmonioso da pobre vítima num misto de confusão e nebulosidade. Tais sintomas e defeitos estão presentes em indivíduos cuja mente é tomada pelo desespero, que têm seu espírito moldados pela subordinação a normas sociais opressivas (Almeida, 2018).

A falsa demonstração da moral burguesa, segundo Marx (1847), consagrada pelo sistema patriarcal, evidencia, nesta trágica fatalidade, a intolerância das duas famílias em relação à jovem vítima, a covardia e o desprezo. O julgamento proporcionado pelos mais velhos, não só ferem, mas também agridem profundamente a existência moral e social da vítima, de modo que sua conduta e princípios sejam contestados, bem como sua integridade e dignidade sejam fortemente abalados. O uso da autoridade das duas famílias, aponta para a servidão e a subordinação aos quais se submetiam os indivíduos à sociedade e suas regras (Araújo, 2024).

O comportamento de indignação e revolta se tornam condicionantes do

surgimento de males cujo desfecho final pode ser trágico, visto que a vítima tem seu orgulho atingido e integridade abalada e, ao ser abandonada pelo seu círculo social, perde as esperanças de uma vida confortável, de modo que sua escolha final, nada mais é do que o resultado da forte influência da devoção dos indivíduos a uma ética que traz as marcas da classe social. O ato realizado pela vítima, de acordo com Marx (1897), surge como uma resposta da jovem diante dos olhos que julgam e os dedos que apontam como uma infratora da ética e dos valores morais, tornando-se a desonra de sua família. Em suma, o inesperado desapego à vida devido à turbulência e desafronta da vítima, o descaso e intolerância social, tornam-se os construtores do pensamento, da tentativa e mesmo ato suicida, uma vez que a própria sociedade com suas contradições e tradições é o principal vetor para a existência de tais situações.

O segundo caso de suicídio descrito e analisado na obra de Marx (1847), trata-se de um caso com bastante semelhança ao anterior, em relação à opressão ao sexo feminino e, novamente, o egoísmo do ser humano no trato com o próximo. Neste caso apresentado por Marx (1847), o comportamento suicida emerge de um dos três personagens apresentados na narrativa, na qual nota-se uma grande pressão, não apenas social e moral, mas também um conflito pessoal, amoroso e desastroso e de cunho psicológico, capaz de afetar e mesmo de modificar o comportamento e a rotina diária dos indivíduos.

Nesta narrativa Marx (1847) nos apresenta um jovem de origem crioula revoltado com a devolução do corpo de sua cunhada a seu irmão e marido da vítima: a jovem havia amarrado delicadamente a bainha do vestido aos próprios pés e pulado na água, se afogado como um protesto, de todo seu sofrimento, desgosto e opressão exercida sobre ela por seu esposo. Casada com uma figura de classe alta da Martinica, uma jovem esposa, em toda sua juventude e esplendor, um ano após o matrimônio, torna-se vítima de uma grande tragédia, o motivo do ato revelado mais tarde por seu cunhado que, indignado com o ocorrido, culpava seu próprio irmão como causador do atentado. Isso porque este, ao se casar com a jovem, detinha todos os bens e direitos sobre a esposa e está, cansada dos maus-tratos, da possessão extrema do marido e das crises de ciúme excessivo, não encontra outra saída senão a morte voluntária como uma fuga de seu sofrimento.

Depois do casamento, irrompeu de forma súbita e galopante na constituição do jovem marido um problema de sangue, talvez um mal de família. Esse homem, antes tão orgulhoso de sua bela aparência, de seu elegante porte, de uma perfeição, de uma plenitude deformassem igual*, sentiu repentinamente um mal desconhecido, contra cuja ação devastadora a ciência era impotente; ele estava transfigurado da cabeça aos pés de um modo horripilante. Havia perdido todos os cabelos, suas costas estavam arqueadas. Dia a dia

mordicavam-no acentuadamente a magreza e as rugas; para os outros, pelo menos, pois seu amor-próprio tentava negar a aparência. (Marx, 1847, p.35)

Este acontecido, assim como o anterior, segundo Marx (1897), envolve novamente as questões da vida privada dos indivíduos, em especial as condições relacionadas ao casamento: trata-se mais do que apenas o excesso de ciúmes do jovem marido, mas também a insegurança em relação a si mesmo, pois ao se encontrar enfermo e totalmente incapaz de ser visto publicamente, o homem tem seu ego e orgulho ferido, o medo de perder sua graciosidade, de que lhe roubassem o amor da jovem esposa, isso o leva ao isolamento social, obrigando sua esposa a seguir as mesmas condições que ele.

O avanço de tamanha exclusão viria a tornar incapaz todo e qualquer indivíduo acometido por ela, dessa forma a melancolia e tristeza da vítima não tem alívio prévio, muito menos duradouro, assim a morte voluntária segundo Marx (1897) emerge como uma fuga de sua realidade dolorosa ao qual é mantida dia após dia. É evidente que o ciúme exagerado, sentido pelo enfermo mesmo na mais profunda reclusão de seus aposentos, e a solidão que o cerca, se tornam frutos de sua mente covarde, fragilizada e doentia, tais delimitações são sentidas pelos indivíduos cujo orgulho e ego são feridos e suas faculdades mentais abaladas.

Ao ser privada do convívio social, não se estranha o fato da jovem esposa ser acometida dia após dia pela sensação de medo e angústia capazes de atingir profundamente os indivíduos em extremo desespero e solidão, dessa forma o comportamento irascível do jovem crioulo, segundo a narrativa de Marx (1897), de longe, se torna a principal motivação de tal fatalidade, para a qual também concorrem o isolamento, o afastamento do convívio social, a privação dos costumes, da liberdade e dos desejos, de modo que não há surpresa pela tomada de ações da moça, pois a mesma havia se tornado tão vazia quanto seu esposo, então sua ação nada mais fora que uma resposta a todo sofrimento e angústia que sofria noite e dia enquanto era atormentada por seu infeliz esposo.

Em conclusão, os dois primeiros casos descritos na obra sobre o Suicídio, de Karl Marx (1847), exploram a preocupação do autor em relação a burguesia e as autoridades que formam os diversos ciclos sociais e são defensores da ética e dos deveres morais dominantes, visto que, quando conscientes de seus argumentos e deveres tornam-se intolerantes, sobrepõe-se sobre os demais pelo sentimento, pela experiência vivida, dessa forma, importa sua opinião e conhecimento e a submissão daqueles inferiores a eles (Almeida, 2018).

O primeiro caso, analisado por Marx (1847), aborda o descompasso entre os

modos tradicionais e modernos refletidos no agir de indivíduos com mais experiência e aqueles que ainda estão iniciando suas vidas. É evidente que, mesmo que se mudem as sociedades, mesmo que estas evoluam, algumas tradições e modos de pensar a vida ainda existirão (Araújo, 2024). Já o segundo caso, de acordo com os registros analisados por Marx (1847), faz uma espécie de crítica ao sentimento de posse, ou seja, quando o indivíduo se sente dono de algo ou alguém de forma obsessiva. De acordo com ele, o indivíduo ao ser dominado pelo ciúme, torna-se um ser inescrupuloso, cujas ações podem se tornar desesperadas, e aqueles a quem transformam em objeto de desejo passem a ser vistos como uma propriedade inalienável, ou seja, o sujeito ciumento pensa deter a posse sobre a existência e a vida do próximo, de modo que os sentimentos e emoções deste sejam irrelevantes (Silva, 2017). Nesse contexto, o suicídio inicialmente:

Elimina as dificuldades, as dores, o constrangimento e a vergonha, no entanto, aqueles que apenas observam, que não conhecem o real desespero das vítimas, só podem julgar, só podem lamuriar e supor, com as mais diversas acusações, a opinião pública, transforma a vítima no vilão e atribuem atos de covardia (Marx, 1847, p. 50).

O julgamento alheio é dividido entre os indivíduos de todas as classes, sexo e idades, assim, suas ações também não passam despercebidas as relações amorosas, os conflitos por interesse, a recusa do amor e do perdão, da falta da compreensão e do consentimento, a melancolia dos incapazes de lidarem com suas próprias dificuldades, as doenças as quais a medicina é incapaz de erradicar, o desconhecer de si mesmo, suas ânsias e desejos mais profundos leva os indivíduos a interromperem sua existência de modo planejado diante dos infortúnios

O terceiro caso, descrito por Marx (1847), trata-se de um assunto cujos prós e contras ganham grande destaque em dias atuais de nossas sociedades modernas, em que um tema de grande repercussão é o direito ao corpo e à vida. Nesse contexto, o aborto se torna um assunto candente e, cumpre aqui registrar, também uma das principais motivações de atentado à vida e a consumação do ato suicida por mulheres fragilizadas perante o julgamento ético da sociedade.

A trama narrada nos registros de Peuchet e transcrita por Marx, (1847), descreve o suicídio de uma jovem, cuja gravidez indesejada, fruto de sua infidelidade conjugal, coloca em questão a moral coletiva. Caso o episódio viesse a público a jovem provavelmente se veria vítima não apenas das represálias de sua família e parentes, mas também do corpo social ao qual pertencia, de modo que lhe seria dirigida todos os tipos de repúdio e difamação. Temendo o julgamento público, a recriminação e a

desaprovação de seus tutores, a jovem recorre a um médico recém chegado à cidade, com um inusitado e surpreendente pedido, que não obstante, aos olhos do médico não se tratava apenas de uma fuga do constrangimento de uma gravidez indesejada, mas um possível assassinato ao interromper uma gestação por meio do aborto. Manifestando espanto diante do pedido da jovem, o médico recusa atendê-la por motivações morais. No entanto, mais tarde é informado do suicídio da jovem, que por conta da quebra de confiança, do julgamento público e do desprezo não encontrara outra saída senão a morte voluntária.

Tal atitude tomada pela vítima, segundo Marx (1847), revela que sua mente e pensamentos aos poucos haviam sido influenciados por terceiros, os mesmos a haviam apresentado diversas formas para se livrar de seu sofrimento, de sua vergonha. Aqui a criança que carregava no ventre era vista como uma punição por seu delito moral irreparável e que nem mesmo seu arrependimento absolveria. A recusa e o repúdio foram suficientes para a percepção da jovem de que somente sua morte poderia aliviar o peso em seus ombros. Embora sua condição fosse delicada e desesperadora, a sua expectativa girava em torno de um aceite do médico em efetuar o aborto, esse era seu fio de esperança para livrar a todos de um escândalo, a culpa, o remorso, a reflexão demasiada sobre seus atos. Mas a recusa do médico ao seu pedido, temendo ser tomado como cúmplice de um ato considerado imoral, tornou irremediável a situação da jovem.

Tais circunstâncias, segundo Marx (1847), poderiam ter sido facilmente evitados, tanto a morte precoce da jovem, quanto o aborto, pois medidas menos drásticas poderiam ter sido tomadas por todas as partes envolvidas. Mas percebe-se a falta do diálogo e amparo familiar, da honestidade dos envolvidos, bem como a forte influência do julgamento social e familiar (Araújo, 2024). Sendo assim, a moralidade do sistema patriarcal torna a vítima e os demais envolvidos incapazes de lidarem com seus próprios tormentos. O suicídio, dessa forma, surge das pressões morais e da incompreensão da situação existencial dos indivíduos (Silva, 2017). Nenhum indivíduo, por mais inocente que seja, está isento do grave julgamento social, em especial quando o assunto é a vida (Almeida, 2018).

O quarto e último caso listado na obra de Marx (1847), trata-se de uma situação que remete à realidade social atual, em que muitos indivíduos tendem a não conseguir lidar com as consequências do desemprego. Relata a história de um homem que trabalhava como guarda na tropa pessoal do rei da França e é demitido devido à redução do número de funcionários. Descontente com o infortúnio, o desespero o leva à procura de diversas outras formas de emprego, no entanto, por conta de suas baixas

qualificações e a ampla concorrência, não obtém sucesso algum. Sentindo-se desamparado e preocupado com as despesas pessoais e a manutenção da vida familiar, o homem é tomado pelo desânimo e recorre ao suicídio como um meio de livrar-se de sua situação vergonhosa.

O afastamento da vítima de tudo aquilo ao qual estava habituado e ao qual considerava como fundamental para sua sobrevivência em todos os sentidos, segundo Marx (1847), viria a afetar não apenas a funcionalidade e os deveres para com seus entes queridos, mas também sua própria condição emocional e psicológica, visto que o trabalho e o salário obtido além de serem essenciais para a sobrevivência familiar, também eram o reforço de sua constituição enquanto ser social. Assim, segundo o autor, o suicídio, para o indivíduo, seria uma saída mediante todo seu infortúnio e carência (Araujo, 2024).

Em tempos de crise, nem mesmo as sociedades mais desenvolvidas social e economicamente poderiam dispor de uma grande cota beneficente para lidar com os desamparados e com os traumas provocados pela queda brusca do mercado econômico e o forte número de indivíduos em situação de desemprego. Para Marx (1847) este tipo de situação torna-se frequente e, podemos acrescentar, segue ocorrendo em tempos atuais dada a prevalência do modo de vida capitalista. Mesmo que medidas eventuais possam ser tomadas, não são suficientes para impedir que fatalidades traumáticas venham a surgir com o decorrer do tempo, nem que o comportamento dos indivíduos afetados seja disruptivo, embora possam dispor de recursos cabíveis para suprir a aflição dos indivíduos. O estado, em muitos casos, mostra-se negligente e omissivo, dada a centralidade dos interesses do capital e sua insensibilidade com relação ao ser humano.

Segundo Marx (1847), diante da desolação e o desânimo, nem mesmo os direitos que os indivíduos dispõem ao nascer, nem mesmo as normas e regras que os tornam cidadãos, são efetivas para a promoção do bem-estar dada a alienação gerada pelo sistema capitalista. O conhecimento acerca de seus direitos pouco é revelado pelo convívio social, as instituições sociais pouco promovem medidas para remediar as dores e angústias dos indivíduos afetados pela opressão do modo de vida da sociedade do consumo. Portanto, o autor culpa o sistema econômico e seus distúrbios que causam um desconforto, um certo impacto negativo, de modo que afete a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos, tal abalo interfere em sua moral e seus costumes, no aspecto simbólico que irão representar em seu cotidiano e existência presentes em seu contexto histórico social.

Conclui-se através do relato dos quatro suicídios listados por Jacques Peuchet

e reanalisados em “Sobre o suicídio (1847) de Karl Marx”, que o comportamento suicida estabelecido pelas vítimas, bem como de todas as fatalidades descritas, evidenciam uma sociedade cujas entranhas estão doentes e fragilizadas, onde a opressão exercida pelo sistema patriarcal e o modelo econômico oprimem os indivíduos, levando-os a insatisfação pessoal e social de seus desejosa ao ponto destes desistirem de sua própria existência.

3.2 O comportamento suicida segundo Emile Durkheim

Vimos que Marx (1847) faz o diagnóstico de uma sociedade enferma e necessitada de uma reforma em suas entranhas para a racionalização e queda dos casos de morte voluntária; nota-se que a alteração do comportamento dos indivíduos gira em torno da decorrência dos transtornos e deficiências do sistema patriarcal burguês, bem como as regras da vida privada, capazes de oprimir os indivíduos mais sensíveis e levá-los a fins trágicos. Durkheim (1897) também nos apresenta uma sociedade doente, onde o suicídio é concebido como um fato social e que se intensifica durante as crises de enfermidade da sociedade, uma patologia na qual cada sociedade se dispõe a fornecer vítimas para a morte voluntária.

Por outro lado, para Durkheim (1897), o comportamento dos indivíduos que atentam contra si, pode ser interpretado por meio da análise de fatores sociais, a partir do que se pode proceder a classificação dos vários tipos de suicídio em uma sociedade. Por meio do reconhecimento das causas mais graves e profundas do suicídio, é possível fazer uma dedução da natureza de tais fatores, bem como a natureza dos indivíduos, suas idealizações e ações que são distorcidas pela falta ou excesso de coesão social.

Durkheim (1897) parte do exterior para o interior daquilo que constitui a condição psicoafetiva do indivíduo. A relação equilibrada entre os indivíduos e o mundo exterior faz com que os indivíduos passem a sentir-se acolhidos, gerando pertencimento a uma determinada instituição; mas quando lhes falta interação ou incorrem em situações de opressão, certos comportamentos ou ideias cujo padrão é anormal emergem e a visão sobre a vida se torna negativa, tendo em vista os conflitos psicossociais, causando transtornos, danificando as condições emocionais dos seres humanos, como vimos nos casos descritos na obra de Marx (1897) que, ao serem afetados pelo descontrole, pela ansiedade e o medo, são levados a tomar atitudes drásticas e perigosas contra si, quando não encontram soluções eficientes para lidar com seus problemas.

A análise estatística feita por Durkheim (1897) evidencia uma taxa regular da morte voluntária de um tempo a outro, de acordo com a idade, sexo, localidade, crenças e até mesmo estado civil dos indivíduos. Esta análise feita pelo autor e sua ligação com os dados individuais, quando expõe as diferentes condicionalidades sociais que influenciam o modo de vida dos indivíduos e os levam à prática da morte voluntária (Andrade, 2023). A exposição dessas condicionantes tanto se diferem quanto podem se aproximar das causas estabelecidas por Marx (1847), pois segundo

sua tese, os indicados baseiam sua existência e relacionamentos sociais no conjunto de fatores sociais políticos, econômicos e culturais, e essas condições por si só são capazes de exercer uma influência sobre os indivíduos, levando-os a um cadafalso quando não estruturadas corretamente.

A partir deste exame fundamental das características sociais dos indivíduos suicidas, o autor elabora uma tipificação de morte voluntária, em que destaca quatro tipos de suicídios, os quais considera como sendo os mais comuns e que apresentam maior gravidade. Essa tipologia, segundo o autor, surge das forças de integração que refletem a consistência do laço social, e as forças referidas pela regulação do comportamento social (Coutinho, 2010). Através do esclarecimento de cada tipo de morte voluntária é possível estabelecer um caminho que determina os tipos suicidas e seus comportamentos baseados nos fatos ocorridos de modo exterior aos indivíduos, o que, em comparação a obra de Marx (1847), é possível perceber que as condições objetivas da vida privada não são as únicas condicionantes deste fenômeno.

As causas extrassociais que influenciam de modo direto no comportamento dos indivíduos suicidas estão relacionadas às disposições orgânico-psíquicas e a natureza do meio físico onde se encontram os diferentes tipos de suicidas. Segundo Durkheim (1897), a dimensão psicofísica interfere no comportamento dos indivíduos e contribui para a agressão fatal contra si mesmo. A explicação dessa alteração decorre da existência dos estados do meio físico e sua influência sobre os indivíduos, quando sofrem determinadas mudanças em seu sistema, alterando não apenas seu estado psicológico mas também o físico, afetando o indivíduo em existência humana. Durkheim (1897) se baseia na ideia de fatalidades recorrentes no ambiente social e que causam a incidência dos transtornos que afligem a mentalidade dos indivíduos.

Segundo Durkheim (1897), dos diversos fins que levam os indivíduos a romperem com a vontade de sua existência, vários também são os fins que levam a fragmentação do comportamento dos mesmos por um curto ou longo período de tempo, além das perturbações mentais como a depressão, o cadafalso que leva à morte voluntária, como a melancolia, a alienação e a loucura. Indivíduos cujo comportamento apresentam tais condicionantes, tendem a ser considerados suicidas monomaniacos. Assim, mediante a classe das causas extras sociais, Durkheim (1897), evidencia diferentes tipos de suicídio no qual destaca como fator principal a prevalência de algum vetor disruptivo internalizado.

A monomania, segundo Durkheim (1897), em todos os efeitos é uma tendência cujo exagero das paixões e as falsas ideias cegam os indivíduos, e exterminam a

necessidade de existência dos mesmos. A classe à qual os suicídios, cuja tendência a acontecer, e as motivações que os fazem existir, estão relacionadas a fatos que podem ser determinadas através das formas que assume nos indivíduos, através da alienação mental e como ela pode afetar os indivíduos. Assim, o comportamento dos maníacos suicidas, tem sua aptidão a tal fatalidade reforçadas tanto por causas extrassociais, quanto pelas condições do meio físico (Andrade, 2023). Tais indivíduos se encontram fragilizados e afligidos por disfunções cognitivas que surgem de modo repentino e alternam de um lapso a outro, resultando nas diversas tentativas de suicídio.

Diferentemente do comportamento apresentado pelo maníaco suicida, os indivíduos que sucumbem através da melancolia extrema, encontram-se imersos em um estado depressivo de tristeza intensa, que faz com que os mesmos percam a atração pelas relações sociais que os envolvem, levando a uma falta de estímulo para continuar existindo, indivíduos envoltos nessas entranhas, perdem o gosto pelos prazeres cotidianos e mesmo a vida. Esses indivíduos melancólicos, quando tomados pelo desejo de morte voluntária, distinguem-se do tipo anterior em decorrência de sua fixação na morte e por já não ter mais nenhum diagnóstico que o impeça de existir, de modo que “o suicida melancólico, está suscetível a planejar e executar com calma suas ações, ou seja, as diversas motivações não ocorrem de forma passageira, estão fixadas na mente do sujeito como um objetivo que o mesmo deve alcançar.” (Durkheim, 1897, p. 41- 42).

Uma classe de suicidas apresentados na obra de Durkheim (1897), e que apresentam um comportamento extremamente inconsequente, são os indivíduos que apresentam um comportamento obsessivo pelo desejo de se matar. O suicida obsessivo não é acometido por nenhuma condicionante conhecida à época, sua razão pelo suicídio é única e já se encontra encarnada em sua mentalidade, age por instinto e não tem domínio de seu raciocínio. Para Durkheim (1897), este comportamento nocivo apresentado pelos suicidas obsessivos, se fortalece com o tempo, e mesmo que lute, mesmo que tente resistir, o indivíduo não consegue se desprender de tal ideia. Em suma, em última instância, o desejo obsessivo do suicida pela morte voluntária, tem um fim imediato quando este consegue realizar seu desejo pela morte.

Contrário ao suicídio obsessivo, existe ainda a última classe desta tipologia, que os indivíduos cujo comportamento é extremamente impulsivo ou ocorre de uma ação de caráter automático do indivíduo em atentar contra si mesmo. Para Durkheim (1897) o efeito suicida que acomete o indivíduo e a súbita mudança de seu comportamento ocorre de forma automática, sem precedentes, o que o torna tão

diferente dos tipos citados anteriormente, pois não tem os mesmos motivos e não ocorre por natureza de acontecimentos reais ou imaginários, resulta de impulsos bruscos, imediatos e de caráter irresistível.

Por outro lado, alguns indivíduos conseguem resistir à impulsividade quando esta começa a surgir e o fascínio pela morte ainda exerce pouca força sobre eles. Segundo o autor em tela, todos os tipos suicidas apresentados nesta classe não demandam qualquer conexão com a realidade e podem facilmente ocorrer por motivos imaginários. Com o fito de demarcar o alcance da teoria social na explicação do suicídio, Durkheim (1897) descarta as mortes voluntárias cuja origem decorre dos fatores extrassociais, priorizando a explicação das diferenças entre a distribuição das taxas de suicídios e a motivação individual dos suicidas (Vares, 2017).

De maneira resumida, a existência dos estados psicopáticos e respectivas condicionantes que podem alterar o comportamento dos indivíduos, como a loucura ou alienação, não são suficientes para provar ou demarcar uma relação regular e de caráter incontestável no aumento dos casos de suicídio, pois indivíduos conscientes e que sabem os resultados que obterão por meio de seu comportamento nocivo, tendem a estar aptos a pensar e planejar com cuidado suas escolhas e o suicídio se torna uma delas, quando seu ambiente externo se encontra fragmentado (Durkheim, 1897).

O que torna o suicídio diferente de uma anormalidade mental qualquer é a possibilidade de acometer indivíduos sem nenhum histórico psiquiátrico. O alienado mental tende a não calcular e muito menos hesitar em sua ação e nem sequer tem certeza ou clareza dos resultados que obterá, ou seja, tende a agir por um impulso momentâneo da mente e o desequilíbrio de sua rotina, visto que alienados pouco estão agarrados a algo exterior. Algo semelhante a isso pode ser visto nos casos apresentados por Marx (1847), onde indivíduos alienados a suas paixões e vícios podem facilmente sucumbir às tragédias suicidas. Grosso modo, indivíduos cujo pensamento é tomado pela alienação e condições neurastênicas são os mais fáceis de reproduzir o ato suicida, pois ele já carrega em sua constituição mental, uma propensão própria do ato.

Mas se os estados anormais presentes no comportamento dos indivíduos são suficientes para a incidência do comportamento suicida, o indivíduo pode, assim, sucumbir a fenômenos cuja natureza e mentalidade não estão ligados às deformações do sistema nervoso dos indivíduos e essas alterações do comportamento poderiam ocorrer de forma acentuada em sociedades com baixa coesão social (Andrade, 2023).

Durkheim (1897) descarta que a predisposição suicida seja potencializada

pelos fatores ambientais, como clima e temperatura, pois não considera os mesmos como sendo fatores sociais, mais sim um vetor da interação entre o indivíduo e o seu habitat, sendo que tais fatores têm pouco impacto sobre o suicídio. O autor repara que a morte voluntária, em seu inventário, é mais comum durante o verão e a primavera, em relação ao outono e inverno (Andrade, 2023), ao contrário do que poderia presumir o senso comum ao atribuir ao clima uma capacidade de influenciar humores.

Assim como os fatores anterior, Durkheim (1897), também descarta como causa propensa do suicídio, o fator imitação, pois a mesma, apresenta uma gênese psicológica devido sua influência sobre os indivíduos que não possuem um vínculo social, mas que são capazes de dispendir funções ou ideias semelhantes através da representação daquilo que cerca e faz parte do indivíduo sem necessitar de uma influência coletiva (Andrade, 2023).

Durkheim acreditava que a causalidade efetiva da qual depende o suicídio estaria relacionado com os fatos sociais, ou seja, os fenômenos coletivos da mesma ordem. Para isso, é necessário partir do suicídio como um fato que acomete indivíduos situados no contexto coletivo, verificando se este ocorre numa tendência simples e rotineira ou se apresenta alterações no tempo/espaço. Grosso modo, o autor identifica quatro tipos principais de suicídios que são eles: o egoísta, altruísta, o anômico e o fatalista, na medida em que as condicionantes também apresentam diferenças com uma natureza própria, com causas específicas e reais (Durkheim, O Suicídio, 1897).

Quando a presença da sociedade na vida dos diferentes indivíduos não é suficiente para gerar integração, e os vínculos sociais são precários, pode ocorrer um sentimento de individualização excessiva, resultando na exclusão do sujeito (Coutinho, 2010). A ausência de laços sociais pode em certo momento despertar o sentimento egoísta, e conseqüentemente, ações violentas extremamente nocivas, dentre elas o suicídio, ao qual classificaremos com base na obra analisada, como um suicídio egoísta. Para Durkheim (1897) esse tipo de suicídio está fortemente relacionado à falta de integração que pode ser proporcionada pela institucionalidade, exemplificada pela religião, principalmente as mais integradoras, como o catolicismo, espectro social que apresenta taxas de suicídio menores em comparação com o protestantismo. A explicação aventada pelo autor aponta para o individualismo característico da crença protestante e sua conexão imediata com o plano metafísico, levando o indivíduo ao isolamento e vazio existencial (Steiner, 2021).

De acordo com Durkheim (1897) a causa das baixas taxas de suicídio entre indivíduos de confissão católica não tem relação nenhuma com o caráter moral e religioso, e sim com a integração destes ao corpo de praticantes da fé. Assim o autor

destaca que, nem todas as comunidades religiosas, protestantes ou católicas, apresentam em sua constituição o mesmo nível de integração e moralidade (Vares, 2017), embora apresentem semelhanças essenciais em seus cultos dada a partilha de artigos de fé.

Durkheim (1897), acreditava que a ciência era uma forma de entender e prevenir o suicídio, de modo que, através da análise científica das condições e fatores sociais que levam o sujeito a morte voluntária, seria possível identificar os padrões suicidas e desenvolver métodos capazes de reduzir as taxas de suicídio; por outro lado, os indivíduos que tiram a própria vida em decorrência da fragilidade e fragmentação das conexões na comunidade eclesial a qual pertencem, guardam relação de causalidade com a perda de seus valores morais (Coutinho, 2010).

Analisando outro vetor de integração social, o autor destaca o papel do matrimônio. Em todos os casos, devemos considerar e nos atentar, àqueles em que a vida é mais corrida e os indivíduos desempenham mais força e dedicação. Dessa forma, o casamento, enquanto uma função, é essencial para a construção dos laços sociais e organização da sociedade política, como esclarece Durkheim (1897), para quem o ambiente familiar é a responsável pelo início da socialização e identificação entre os indivíduos e seus diferentes grupos, por meio do afeiçoamento afetivo; enquanto a vida cívica indica ao indivíduo seu papel social e respectivas instruções. Assim, a instituição familiar se torna responsável por tudo aquilo que remete ao bem e à vida em comum entre os indivíduos: as regras, as leis e a moral formulam a conduta social de suas existências (Andrade, 2023).

De acordo com Durkheim (1897) a quebra da função social ao qual o laço matrimonial representa para os indivíduos, pode induzir ao comportamento suicida, enquanto um sintoma da deficiência de conexões sociais existentes neste meio. Sobre esta lógica, o autor em tela, estabelece que a relação entre a família e o aumento das taxas de suicídios, apresentam regularidades para cada classe de idade e os indivíduos casados apresentam um coeficiente de preservação quando comparado aos solteiros; os homens casados com menos de vinte anos apresentam uma taxa de suicidas menor que os solteiros da mesma faixa; o autor destaca ainda que o casamento preserva os homens bem mais que as mulheres; os viúvos por sua vez se suicidam bem mais que os casados, e bem menos que os solteiros; e por último atesta que a existência dos filhos no casamento tende a reduzir os riscos do suicídio, pois este funciona como uma espécie de força exterior ou âncora de ordem moral (Vares, 2017). Dessa forma, é provável que os casados apresentem uma melhor constituição, tanto física quanto moral, quando comparados aos solteiros e às qualidades que

dispõem, como estabilidade, apoio emocional e forte integração social.

Durkheim (1897), ao classificar o suicídio, como uma patologia e um sintoma de males sociais, que se efetiva dentro da sociedade, em especial em situações de crise provocada pelas mudanças e avanços de uma época a outra. Nessas sociedades esses abalos geram transtornos e até a decomposição da organização dos sistemas sociais, o que contribuem para o avanço dos números da morte voluntária. Assim as motivações da ocorrência do comportamento suicida, tendem a ganhar ou perder forças, de acordo com organização e proceder das estruturas sociais, nas quais estão incluídos além da religião, o casamento ou família e até mesmo a política e suas fortes convicções, que poderiam contribuir com a variação na onda das mortes voluntárias, pois no momento em que se produz, assume um caráter positivo, mostrando sua eficácia no combate das crises que abalam a estrutura moral, política e social (Andrade, 2023).

O autor entende que a sociedade política detém o poder de exercer e ou determinar funções capazes de afetar a vida dos indivíduos e seus grupos, regulando ou mesmo originando conflitos sociais, por meio das esferas políticas e do próprio campo social. Os grandes conflitos internacionais entre uma sociedade e outra, apresentam quase as mesmas características dos grandes conflitos políticos e, por consequência, apresentam a mesma origem, pode ser que o tempo de duração e as influências atinjam de modo direto na ocorrência do comportamento suicida.

Embora tenha uma relação com o tempo de duração dos conflitos, o suicídio raramente mostra-se como um evento alarmante, pois tende a ser reduzido quando se divide as classes e grupos de indivíduos, durante os conflitos sociais, grandes campanhas tornam-se cada vez mais coletivas e uma parte da população civil é regimentada; é possível deduzir, ainda, que a forma como são geridas as políticas e regras também possibilitam essa paralisação. Consta-se dessa forma que, apesar do seu surgimento e características, as grandes perturbações políticas nem sempre são as principais causas a contribuírem para o suicídio, por outro lado, estas podem suspendê-lo (Vares, 2017).

O estado de afirmação excessiva de um determinado indivíduo sobre outro em um mesmo círculo social, pode ser classificado como individualista ou egoísta. Segundo Durkheim (1897), em decorrência das particularidades individuais, sem medidas, classifica-se o indivíduo como egoísta, e deve-se considerar que este assim é, em consequência de sua afirmação excessiva do ego diante de seu ser social, ou seja, o indivíduo egoísta sempre se coloca na frente do poder. Quando egoísta, o suicida não mede as consequências de suas ações, pois seu caráter opositor e

afirmativo e, a não aceitação de novos dogmas e leis, o levam a perder o autocontrole, seu espírito enfraquece, e ele se autoflagela por já não se sentir mais parte de um determinado espaço, seja ele político, social ou religioso; deve-se pensar sobre a causa original do suicídio egoísta, logo, seu espírito coletivo, ao passo que afasta a ação, ela também o faz proceder, quando sofre abalos considerados agressivos (Coutinho, 2010).

Assim, segundo Durkheim (1897), a sociedade tem a capacidade de agir e sustentar todas as faces do indivíduo, pois através dela que se constitui e se desenvolve, é por ela e seus diversos órgãos que ele age, simpatiza e se solidariza, se identifica ou se difere de outros, molda sua própria imagem, adquire e transmite conhecimentos, é por meios dessas funções e somente por elas que exerce poder e desempenha um papel. Seu papel enquanto um ser social, onde nasce e se desenvolve e exerce sua função prescrita socialmente, tem a capacidade de agir e sustentar todas as faces do indivíduo, pois através dele que ele se constitui e se desenvolve.

Pelo próprio fato de terem uma origem coletiva, essas formas superiores de atividade humana tem um fim de mesma natureza. Como derivam da sociedade, é também a ela que se referem; ou melhor, são a própria sociedade, encarnada e individualizada em cada um de nós. Mas então, para que elas tenham uma razão de ser a nossos olhos, é preciso que o objeto que visam não me seja indiferente. Só podemos, portanto, tirar pego das primeiras na medida em que temos apego a outra, ou seja, a sociedade. [...] (Durkheim, 1897, p.262-263)

A presença de uma cadeia coletiva produz consequências cuja origem se sobrepõe e empurra os indivíduos a um cadafalso, isso o inclina a enfermidade e miséria do grupo social, dessa forma, essa coletividade que se origina por medo, desamparo e a perda da moral, segundo Durkheim (1897), é procedente da desintegração social e, no momento em que ela ocorre, o indivíduo também sente as consequências de seus efeitos; no entanto, mesmo se abstendo do laço social, o indivíduo, não escapa de alguns acometimentos gerados pela força coletiva e pode ser facilmente acometido por tristeza melancólica, fortes depressões, resultado de seu ego exacerbado; em suma, estas são condições que, quando fortes, oprimem o gosto pela vida e desperta no indivíduo, o comportamento suicida, este é assim classificado por sua própria característica, pois a existência do ego é sua origem e principal fator.

Assim como uma ideação perpetuada pelo indivíduo de forma exagerada leva os indivíduos aos diversos fins, como o suicídio, a sensação de incompletude e insatisfação individual, também produz marcas sociais e efeitos colaterais, como a

depreciação da própria existência.

Mas convém registrar, como alerta Durkheim, que tal como o indivíduo se abstrai da vida por se desligar do laço social, ele também pode produzir as mesmas ações quando sua inserção no meio social ocorre de forma exagerada. Pouco notável nas sociedades menos complexas, o suicídio, enquanto um ato individualista se torna raro e menos frequente, em especial aquele em que o ego do indivíduo, sua autoafirmação, servem como fator principal. No entanto, mesmo essas sociedades não estão isentas da presença de algum outro tipo fatal de suicídio, deste, destaca-se, o do tipo altruísta, como uma forte tendência endêmica e perturbadora.

No suicida altruísta, segundo Durkheim (1897), a ação voluntária do indivíduo de pôr fim a si mesmo, decorre de uma idealização do seu momento final como um ato simbólico, seja ele por uma crença, razão pessoal ou em homenagem a uma causa coletiva que, de acordo com o autor, determina o sentido de sua essência e dever; este tipo de suicídio ocorre quando a existência do indivíduo tem menos significado do que aquilo que considera como honorável e importante para a sua constituição social e particular; o senso de coletividade existente no meio onde está inserido o faz se rebaixar como menos importante, elevar a própria ideiação como seu todo, de modo que este se sacrifique em detrimento destas objeções, ou seja, o indivíduo altruísta, destrói a si mesmo, em nome do próprio laço social e sua coletividade (Coutinho, 2010).

Altruístas tem em sua constituição o papel de doação de si, sem receber algo em troca do ponto de vista estritamente material; sua empatia e preocupação com aquilo que o cerca, torna-se admirável, pois se percebem disponíveis para alguma causa ou alguém, sem grandes interesses e expectativas, pois ao realizar tais ações, sentem-se extasiados, e em muitas situações realizam atos que consideram heroicos, pois esta prática é característica de sua própria moralidade e constituição social (Andrade, 2023).

De acordo com Durkheim (1897), o tradicionalismo, além da moralidade, torna-se uma das principais causas desse tipo de morte voluntária, pois em algumas sociedades as tradições e costumes são fortes o bastante para influenciar seus indivíduos inclusive em decisões de vida e morte; muitos se colocam à frente de sua nação, quando muitos indivíduos têm a honra e glória como valor preferencial, prefere se sacrificar em detrimento de sua clausura (Vares, 2017).

Em suma, o suicídio altruísta ocorre com mais frequência em sociedades cuja constituição de seus integrantes ainda corre em suas raízes, nos traços dominantes de sua origem ou nos costumes primitivos de seus descendentes. Suas características

ocorrem de formas diferentes, mas particularmente estão incluídas em três classes: primeiro pode ocorrer por meio do estado físico e limitado do indivíduo, seja este pela velhice, ou estado enfermo irrevogável; o segundo fator está ligado ao estado de viuvez, que ocorrem na vida do indivíduo e que atinge principalmente o sexo feminino; e por último, a devoção exacerbada do indivíduo para com seus agentes superiores, este último é provocado, em especial pelo senso de obediência, algo ou alguém como um processo de servidão (Andrade, 2023).

[...] A sociedade, portanto, pesa sobre o indivíduo para levá-lo a se destruir. Sem dúvida, ela também interfere no suicídio egoísta; mas sua intervenção não se faz da mesma maneira nos dois casos. Em um, sociedade se contenta em falar ao homem uma linguagem que o desliga da existência; no outro, ela lhe prescreve formalmente abandoná-la. Lá, ela sugere ou no máximo aconselha, aqui, obriga e determina as condições de execução que tomam, tornam essa obrigação exigível.] (Durkheim, 1897, p.273)

Resumidamente, o suicida altruísta se mata não somente pelo dever ou por obrigação, este se mata porque se separa de si e se apega a fatores exteriores a ele, que em sua visão os completam e os satisfazem. O altruísta se mata não por que é obrigado, mas por que se vê no direito de morrer, vê sua ação mortal como um dever, e quando falha sente a necessidade de ser punido (Steiner, 2021).

Segundo Durkheim (1897), a adesão ao suicídio, deste ponto de vista, torna-se difusa e complexa demais para ser explicado apenas por meio das múltiplas facetas que o proíbem ou aceitam no meio social, visto que cada sociedade e cada ser tem uma constituição cultural e psicológica diferentes. Nas sociedades em que as religiões têm grande influência, os indivíduos encontram propósitos a serem seguidos, de modo que desistir de sua própria existência por um estímulo individual não é reconhecido como algo apropriado, mas imolar a própria vida em função de uma causa coletiva pode ser inclusive uma decisão considerada de grande valor (Steiner, 2021). Portanto, aos sujeitos cabe seguir seu destino e cumprir o que lhes é destinado e sua felicidade só depende de si para realizar os propósitos partilhados, suas ações é que demonstram se sua existência e valor são necessários.

Devemos registrar que o suicídio altruísta desenvolve-se para além das sociedades inferiores e menos desenvolvidas, pois ele também é sentido naquelas cuja essência e estrutura são recentes, embora bem pouco exercido, pois os indivíduos criam personalidades dotadas de relativa autonomia em vista da coletividade, e aqueles poucos que praticam o ato, o fazem para evitar as suas fadigas

e vergonhas, provocadas pelo sentimento de perda e desapontamento, oriundos não de sua própria essência, mas sim daqueles que o cercam e o julgam conforme seguem o exercício de sua função (Almeida, 2018). O exercício de uma ação isolada e realizada somente por uma pequena soma dos indivíduos, pelo exercício da profissão, pela pátria e por honra, na servidão do indivíduo por sua nação, faz surgir no meio social uma constituinte crônica do suicídio altruísta.

Essa propensão, segundo Durkheim (1897), evidencia o fato de que as causas que preservam um indivíduo militarizado contra o suicídio, são poucas e rasas; por outro lado, as causas que levam esses indivíduos a morte voluntária são semelhantes a outros tipos. No entanto, não são suficientes para tornarem-no grave e intenso. Durkheim, à sua época e modo de análise, em um primeiro momento, associa como causa do suicídio no corpo militar, a questão do matrimônio, pois quando se compara o suicídio de solteiros e a morte voluntária dos soldados de uma mesma faixa etária, nota-se que os solteiros se matam bem menos que os últimos; da mesma forma, acontece entre os casados e os militares, o primeiro ocorre bem menos que o segundo. Embora se leve em conta a condição do casamento como fator de mitigação da propensão suicida, em nada ele seria efetivo quanto ao agravamento do mesmo entre os indivíduos que defendem sua pátria, pois ele não é isolado dos demais e sua constituição social o torna forte e aceitável a essa prática. Assim, a prevalência do suicídio entre soldados e policiais sofre pouca influência dos laços familiares derivados do casamento e da vida conjugal e filhos, visto que as suas principais condicionantes estão situadas no próprio ambiente do exercício militar.

A propensão suicida de soldados e membros das forças de segurança só poderia vir de seu próprio exercício, além do medo e a aversão ao serviço militar. Esta hipótese está ligada às dificuldades existentes nas doutrinas e rígida disciplina militar, a falta de liberdade, o desconforto diário, a privação de hábitos aos quais o ser humano necessita e tem como uma graça de sua existência, toda e qualquer intolerância dessas atividades, fatores que fazem com que o sentido da vida do indivíduo se perca e não tenha nenhuma outra motivação além da vida de servidão ao país. O suicídio altruísta, quando relacionado ao serviço militar, também ocorre em decorrência da fragilidade psicossocial dos soldados, como os traumas gerados dos impactos dos grandes conflitos, além da vergonha mediante a derrota em batalha (Almeida, 2018).

Quando se relaciona o aumento da taxa de suicídios com o alcoolismo, o mesmo não parece exercer uma propensão definida para o avanço imediato da morte voluntária, tanto de civis quanto de militares, quando comparado os indivíduos de uma mesma faixa etária; embora o autor em tela não tenha abordado de modo direto, ele

esclarece que o alcoolismo pode em algum momento de vulnerabilidade dos indivíduos, exercer alguma influência para a presença da morte voluntária. Dessa forma, segundo Durkheim (1897), o alcoolismo pode ser compreendido como um vetor interveniente capaz de afetar a integração social do indivíduo, de modo que este se encontre distante e isolado da sociedade ou grupo ao qual faz parte, e quando sob forte influência aumenta o risco do suicídio.

E por último, a aversão pela vivência do exercício militar, segundo Durkheim (1897), tende a se constituir de forma diferente, entre aqueles que escolhem a servidão de forma livre e aqueles que servem por um sentimento de vocação, tanto os primeiros quanto os segundos estão sujeitos a apresentarem um valor relativamente baixo da propensão suicida, no entanto, não é certo que ela se concretize dessa maneira, ela ocorre de forma contrária, sua força e incidência, pode ser retida fortemente.

Em suma, não é a recusa em servir ou vivenciar o exercício militar que enfraquece e faz progredir a morte voluntária, mas sim as condições e os hábitos que reforçam a vida militar, pois é evidente que a sua predisposição natural é que constitui sua aptidão para o exercício e às práticas triviais que os diferem de outros indivíduos, pois esta é uma qualidade que somente os indivíduos que servem ao exército dispõem (Andrade, 2023).

A estrutura social pode apresentar diversas falhas, capazes de provocar a desestruturação do exercício da vida privada e social de seus indivíduos; por outro lado, é ela quem as regula e também fornece a taxa social de suicídios, de modo que as falhas apresentadas na estruturação e base social ocorrem de forma regular, e são capazes de influenciar o indivíduo a cometer os atos mais graves do qual se pode pensar, dentre eles, o suicídio anômico e fatalista é notável, assim sua influência agrava a propensão dos comportamentos nocivos, incluindo o suicídio. Dentre as diversas causas desse agravamento, segundo Durkheim (1897), os distúrbios econômicos são os primeiros, se não os únicos, pois sua influência acontece ainda no início de seu surgimento e se intensifica conforme progride, seus efeitos são catastróficos.

O nível preocupante de mortes por suicídio, quando analisada pelas crises financeiras, segundo o autor, evidenciam sobretudo, que seu agravamento se torna ainda mais intenso, quando a crise que se abate sobre a economia atinge seu pico máximo ou se aproxima disso, as grandes crises tendem a se intensificar, as suas consequências podem ser sentidas, em todos os setores, em todas as sociedades e mesmo aquela cujo o capital não sofre fortemente com esse abalo não está sujeito a não sentir a presença do fenômeno suicida (Coutinho, 2010); assim, de uma

determinada época a outra, o fenômeno do suicídio se eleva e se faz sentir em diferentes partes de formas desigual, em diferentes períodos e cresce demasiadamente no ponto de origem da crise. Mas há de se atentar que não é a crise econômica em si a causa motriz da elevação da taxa de suicídio, mas sim o sentimento de incerteza que qualquer crise social pode gerar.

A explicação seduz por sua simplicidade e, aliás, conforma-se à concepção corrente do suicídio. No entanto, os fatos a contradizem. Com efeito, se as mortes voluntárias aumentassem porque a vida se torna mais dura, elas deveriam diminuir sensivelmente quando o bem-estar se torna maior. Ora, embora quando o preço dos alimentos de primeira classe se eleva excessivamente o mesmo ocorra, geralmente, com os suicídios não se constata que eles diminuam para menos da média no caso contrário. [...] (Durkheim, 1897, p.305).

Essa contradição se determina de acordo com a definição das correntes suicidógenas, assim, o suicídio deveria diminuir quando as dificuldades cessam, no entanto, isso não acontece, pois, mesmo quando a situação financeira e os recursos que dependem dela atingem valores baixos e formidáveis, não se constam alterações da mesma formalidade no número de suicidas. Durkheim (1897), por tanto demonstra que existe uma relação entre a taxa de suicídios de uma sociedade e a maneira como ela desempenha sua função reguladora (Andrade, 2023). A pouca estabilidade existente mesmo em contexto de prosperidade social, segundo o autor, pode estar relacionada à exibição global de seu progresso material. Esse crescimento satisfatório favorece todos os seus setores, engrandece o ego e ânimo de seus indivíduos, crescem e se expandem as riquezas e a cultura, leva-se o custo e padrões de vida, bem como a forma como a própria sociedade é inflada (Vares, 2017).

Grosso modo, a variação do suicídio em tempos de crise, não está relacionada somente às intensas mudanças dos setores sociais, está relacionada também as diversas crises que atingem coletivamente os indivíduos, a perturbação e a coletividade presente na vida desses que os enfraquece seu intelecto e rotina de forma permanente. Dessa forma, uma vez que os indivíduos não tenham sua rotina afetada, não induz ações e aptidões que produzam o suicídio, mas, se acontece o contrário, se as tendências não superam as expectativas, as estruturas se afrouxam e a propensão suicida ganha força.

Essa força natural do ser humano, é vista de forma tão constante, que é facilmente admitida como uma característica, o desejo infindável do ser humano, o faz parecer assíduo, assim, sua excentricidade infinita se torna sua característica mais notável, sua moral, ao qual segundo Durkheim (1897), se faz presente quando este

sofre as consequências de sua experiência devassa; essa instabilidade que aflige os indivíduos em tempos de crise, traz em seu auge, o desespero que existe na crise econômica, onde sujeitos vulneráveis, em fases graves, sucumbem pelo suicídio em função do estado de anomia gerado.

O estado de anomia, contudo, não atinge todos os indivíduos em um mesmo grau, em todas as classes, essa distinção pode ser feita quando se compara o número de vítimas em uma perspectiva do qual o nível de trabalhadores é mais afetado, dessa forma, evidencia-se uma relação entre o número de vítimas quando se distribui os suicidas entre empregadores e subordinados, onde os primeiros por disporem de mais riquezas, são mais afetados que os segundos, pois tendem a perder muito mais recursos e auferir grandes prejuízos em vez de benefícios, enquanto os trabalhadores lidam com a vida com mais resiliência dada sua condição material (Vares, 2017).

Conclui-se, dessa forma, que o estado de anomia existente nas grandes crises do setor financeiro, é um fenômeno característico para a distinção e definição dos tipos de suicídios existentes neste meio, de modo que ele fortalece o contingente da taxa de vítimas anual, e sua diferença; assim, deve partir diretamente do momento em que sua causa não depende da ligação entre a sociedade e seus membros, mas sim da forma como ela os mantém e controla.

Além do estado de anomia, um outro fenômeno também favorece a existência do suicídio e está relacionado à vida social e privada dos indivíduos, ao passo que lhes possibilita construir um lar e um laço familiar (Vares, 2017). Esses vetores também apontam para a solidão e aflição quando sua estrutura é abalada. As crises existentes na vida conjugal cedem espaço a diversas aflições e anomalias, em que a ideação suicida não passa despercebida. Assim como a condição do divórcio, que quando comparados, os dois fenômenos – suicídio e ruptura matrimonial-, quando analisados em diversos países e contextos no estudo de Durkheim, ambos ocorrem sobre a mesma medida e possuem a mesma particularidade; no entanto, diferenciam-se pela forma como acontecem em diferentes nações, cuja estabilidade é baixa, onde os números de morte voluntária também não apresentam os mesmos níveis de indivíduos divorciados e viúvos, essa diferença se torna ainda mais presente quando se comparam os dados de lugares diferentes em uma mesma localidade (Almeida, 2018).

Segundo Durkheim (1897), a ruptura do laço conjugal, portanto, quando produzida pelo divórcio, torna-se o eixo fundamental que implica com relativa precisão a relação entre o número de suicídios e de laços conjugais rompidos; dessa forma, se comprova que os descasados têm uma propensão maior ao suicídio, pois constituem

uma situação de suicídio anômico e de consequência fatalista. Esta particularidade não se produz por que a vida conjugal é infeliz ou difícil, mas sim porque enfraquece a constituição moral e natural do casamento, que produz de forma excêntrica a propensão suicida nos indivíduos divorciados.

Em seu estudo Durkheim (1897), aponta para a descoberta da variação da taxa de suicídios de acordo com o grau de integração dos indivíduos em seu meio social, alertando que a existência da coesão social e das instituições sociais tornam-se um fator essencial para a preservação do indivíduo contra a morte voluntária, pois quando conectado aos seus pares o indivíduo se sente pertencente a algo, diminuindo assim o isolamento social e os riscos do suicídio; esta descoberta do autor em tela destaca a importância dos laços sociais, da coesão social como eficaz na redução das taxas do suicídio. Além da necessidade de provisão de bem estar social, o mesmo destaca ainda que os períodos de crise e a fraca regulação do meio social deixa espaço para a presença do suicídio anômico, o que resulta em sérios danos para a sociedade e seus indivíduos, que quando frágeis e desorientados tornam-se vulneráveis para o suicídio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como pretensão o estudo das condicionantes sociais que incidem diretamente sobre o comportamento suicida, a partir da análise das obras “Sobre o Suicídio” (1847) de Karl Marx e “O Suicídio” (1897) de Emile Durkheim. De acordo com a análise das referidas obras, considera-se o suicídio como um ato voluntário, em que há consciência e intencionalidade do indivíduo em se desprender de sua existência, seja por motivos oriundos do meio externo, quanto por fatores internos, mas que de certa forma, enfraquecem o indivíduo e a sociedade, tornando-os vulneráveis para o surgimento da propensão suicida.

Enquanto um fato social, o suicídio e as condicionantes capazes de alterar o comportamento dos indivíduos, levando-os a morte voluntária, torna-se fundamental para os estudos sociológicos, pois o mesmo não ocorre de forma isolada, mas coletiva, atingindo os diferentes grupos sociais e suas estruturas. Os casos como os apresentados por Marx (1847) e as causas de suicídios apontados por Durkheim (1897), demonstram toda uma conjuntura presente tanto no ato suicida quanto nas ações que o antecedem, ou seja, o contexto social e o comportamento das vítimas quando diante de situações extremas e que os prejudica profundamente.

O suicídio se torna tema propício para os estudos sociológicos pelas suas motivações derivadas do meio social que causam um impacto sobre as vítimas e deixam marcas indeléveis no tecido social. Nas sociedades modernas, onde os padrões de vida são cada vez marcados pelo consumismo e as expectativas de vida cada vez mais avançadas, a consciência individual da existência e sua finitude torna-se cada vez mais ampla, seu fluxo diário de convivência em sociedade e seus pretextos tendem a ser mais elevados, violentos e intensos, o que resulta em certos graus de autonomia e desejos irrefreáveis. É possível prever uma provável morte voluntária através do comportamento suicida típico, ao passo em que esta distorção apresenta graus de perigo aos suicidas e aqueles ao seu redor, pois é aqui que o suicídio passa a ser considerado um grave problema de saúde pública.

Marx (1847) revela em sua obra uma sociedade cujas estruturas encontram-se

corrompidas e precisam de transformações radicais para a sobrevivência de seus indivíduos, a infração nas estruturas dessas sociedades e a desordem das instituições provocam doenças que a ciência é incapaz de solucionar, seus danos são irreparáveis e uma vez que atingem os indivíduos, esses se tornam incapazes de fugirem de suas agonias. O autor não se limita a criticar apenas a exploração social econômica, mas também o desvio de caráter da sociedade moderna, além de revelar os dramas da vida privada dos indivíduos imersos nos dilemas de sua classe social.

Durkheim (1897) por outro lado, evidencia por meio de sua pesquisa, as causas que podem agir sobre um grupo e afetar seus componentes, por isso, o autor volta-se a análise dos fatores que são sentidos no conjunto social, o que é essencial para uma profunda e mais detalhada crítica do suicídio em uma determinada sociedade, pois cada momento de sua história produz uma propensão ao suicídio. Assim, segundo ele, as sociedades, de certa forma, sempre irão dispor de um certo contingente de suicidas, o que revelam os dados estatísticos e a variação do número de mortes voluntárias. O autor destaca o suicídio como um fenômeno social que não se restringe a influências psicológicas, mas implica causas sociológicas, das quais destaca quatro tipos de suicídios, denominados de egoísta, altruísta, anômico e por último o suicídio fatalista. Podemos dizer que o suicídio é um mal presente em todas as formações sociais. E sua ocorrência depende do comportamento fragilizado das vítimas diante das vulnerabilidades geradas em seu meio social.

Em suma, embora, os autores apresentem um suicídio por visões diferentes, as obras, "O suicídio, estudo sociológico" (1897) de Émile Durkheim, e "Pecheut: sobre o suicídio" (1847) de Karl Marx, mostram que mesmo existindo divergência entre as perspectivas epistemológicas dos autores citados, suas ideias, são, em boa medida, complementares, pois buscam a delimitação do tema nos marcos da análise científica.

Dessa forma, ao analisar o suicídio como um fato ou fenômeno social e uma ação cuja causa é oriunda das condições existenciais, é fundamental que o pesquisador volte sua atenção à sociedade e seus indivíduos e a relação com o meio em que estão inseridos, pois é a dinâmica das instituições sociais que faz com que surjam feridas cuja dor é sentida de forma individual e coletiva pelos indivíduos, e que mediante tais enfermidades é necessário que as sociedades recorram a políticas ou mesmo uma transformação radical que as reestruture permanentemente, para que somente assim, possam ser encontradas formas de prevenir e conter a propensão suicida, seja elas por meio do diálogo, seja por meio da criação de poderes morais e políticas coercitivas capazes de conduzir os indivíduos e a sociedade a um bom

funcionamento de suas estruturas e valores sociais e morais.

A partir do momento em que a sociedade constitui sua organização e definição de suas estruturas, também é definido a organização mental, moral e social de seus indivíduos, de forma que essas estruturas, quando abaladas, interferem fisicamente e moralmente na vida dos indivíduos, de modo que em determinados momentos os indivíduos se sentem sob uma grande desolação, sob grande estresse e opressão, resultando em feridas em sua autoestima no contexto da sociedade burguesa. É devido à flexibilidade do espaço social e sua mobilidade que os indivíduos optam por morte voluntária, em busca de livrar-se dessas aflições.

Diante disso, conclui-se, portanto, que as causas do suicídio movem-se com a própria sociedade e seus indivíduos, pois se as condições psicológicas ou sociais da sociedade mudam constantemente e isso afeta a percepção existencial dos indivíduos. As situações ocasionadas por essas mudanças na vida dos indivíduos e dos fatores sociais presentes nas estruturas de sua comunidade que resultam nos diversos tipos de suicidas, em suas diversas características e localidade de manifestação coletiva ou individual. Inicia-se a partir da afirmação do indivíduo como ser social, na medida em que este cresce e envelhece em seu espaço, e tem fim no momento em que o indivíduo deixa de existir através de si mesmo. São os fatores sociais e as estruturas existentes no mundo e na vida humana que classificam o suicídio como um mal social para a sociedade e seus indivíduos, como uma patologia que inicia de um certo período de existência do ser e termina com o mesmo limite desta existência.

Ao estudar o suicídio segundo Karl Marx (1847) e Émile Durkheim (1897), percebe-se a força e importância da integração social e das condições socioeconômicas que influenciam de modo direto e profundo no comportamento dos indivíduos. Durkheim em seu estudo destaca a coesão social e sua ação reguladora como um meio essencial para a prevenção do suicídio, além de dar importância à força dos laços sociais para a saúde mental e bem-estar do indivíduo e o meio a qual pertence. Marx, por sua vez, analisa o suicídio em uma abordagem que destaca as condições materiais e a alienação dos indivíduos com o capitalismo e seu sistema, evidenciando assim como as diferentes situações como miséria, opressão provenientes da fragilidade das instituições reguladoras, levam os indivíduos ao seu cadafalso final.

Conclui-se, portanto, que a aprendizagem obtida pelo estudo dos dois autores destaca o suicídio como um fato complexo e que deve ser trabalhado coletivamente

como um acontecimento que decorre da realidade e do contexto social, e que demanda ação integrada entre atores sociais e instituições para sua compreensão e prevenção.

5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, F. M. de. O suicídio: contribuições de Émile Durkheim e Karl Marx para a compreensão desse fenômeno na contemporaneidade. *Revista Aurora*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 119–138, 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/7306>. Acesso em: 8 jun. 2024.

ANDRADE, O. M. de. O desafio de Durkheim: O Suicídio como demonstração do método sociológico. *Revista Inter-Legere*, [S. l.], v. 6, n. 38, p. c32826, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/32826>. Acesso em: 8 jun. 2024.

ARAÚJO, J. O suicídio feminino a partir da obra “Sobre o suicídio” de Karl Marx: a fuga das relações de opressão por meio da morte voluntária. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 981–1002, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54795>. Acesso em: 08 jun. 2024.

COUTINHO, A. H. S. de A. Suicídio e laço social. *Reverso*, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, p. 61-69, jun. 2010. Disponível em <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v32n59/v32n59a08.pdf>. Acesso em 08 jun. 2024.

DURKHEIM, É. *O Suicídio: estudo de sociologia*. Trad. Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2013 (1897).

MARX, K. *Sobre o Suicídio*. Trad. Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2007 (1847).

SILVA, I. G. O enigma do suicídio: um problema moral em Marx, Durkheim e Freud. *Controvérsia*, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 95-109, mai.-ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/view/13553>. Acesso em 15 de jan. 2024.

STEINER, P. A força da religião e o suicídio em Durkheim. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 18, n. 3, p. 431–446, 25 Nov 2021. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/18129>. Acesso em: 8 jun 2024.

VARES, S. F. de. O problema do suicídio em Émile Durkheim. *Revista do Instituto de Ciências Humanas – vol. 13, no 18, 2017*. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/15869>. Acesso em 15 de jan. 2024.